

OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA
MENSAL

Fundada em 1938

N.º 145

VOLUME XXXVIII

MAIO, 1950



DIRECTOR, PROPRIETÁRIO E EDITOR — ÁLVARO PINTO
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO — TIP. DA EDITORIAL IMPÉRIO, L.^{DA} — LISBOA



A beleza da reprodução litográfica

depende, em grande parte, da intensidade das variantes conseguidas dentro de cada cor. Essas gravações são obtidas com o emprego de "redes" mais ou menos fechadas aplicadas pelos litógrafos-cromistas com longa prática e grande somatório de conhecimentos como os de

BERTRAND (IRMÃOS), L.^{DA}

T. DA CONDESSA DO RIO, 7 - TELEF. P. B. X. 21227-21368-32574 - LISBOA

Carolina Michaëlis de Vasconcelos

NOTAS VICENTINAS

Preliminares duma Edição
Crítica das Obras de Gil Vicente

NOTAS I A V

incluindo a Introdução à
edição facsimilada do
Centro de Estudos Históricos
de Madrid

1 volume de 664 páginas, 22
facsímls e extensos Índices 150\$00
Edição especial numerada de
1 a 100 180\$00

Edição da Revista 'Ocidente'



SELOS

da

Cruz Vermelha Portuguesa

Aplique sempre na sua correspondência um selo da Cruz Vermelha Portuguesa, Instituição das mais nobres e beneméritas.

Os selos vendem-se na sede da Cruz Vermelha — Palácio do Conde de Óbidos Jardim 9 de Abril — Lisboa

Carolina Michaëlis de Vasconcelos

LIÇÕES DE FILOLOGIA

Seguidas das

Lições Práticas de Português Arcaico

A venda o 2.º Milhar



1 volume de 430 páginas — 80\$00

*EDIÇÃO DA
'REVISTA DE PORTUGAL'*

(ANTIGO COLOCCI-BRANCUTI)

Leitura, Comentários e Glossário por

Elza Paxeco Machado e José Pedro Machado

1.ª edição integral do mais extenso e completo dos Cancioneiros Medievais Portugueses

Volume I, com 408 páginas e 80 de fac-símile — 150\$000; edição especial — 250\$000. Enc. 280\$000 e 400\$000.

Assinatura de 5 tomos, a partir do 6.º — 125\$000. Edição especial — 225\$000.

A obra completa deve constar de 40 tomos em 8 volumes

Edição da 'Revista de Portugal' — LISBOA — PORTUGAL

OCIDENTE

VOLUME XXXVIII

OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA MENSAL
FUNDADA EM 1938
SAI NO DIA 1 DE CADA MÊS

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: R. DE S. FELIX, 41-1.º DT.º — OFFICINAS: EDITORIAL IMPÉRIO, LDA, R. DO SALITRE, 155, 1.º — LISBOA

145 / VOLUME XXXVIII / MAIO DE 1950

1) (Com opiniões **AUGUSTO MORENO** — «Consultório Linguístico» — Pág. 244/246.
Correia, Alfredo
rmando Marques
, e dos Escritores
sta e Menoti del

ALVARO PINTO — «Notas e Comentários» —
«Pedras de Sal» — Pág. 255/264.

ILUSTRAÇÕES
Brasão dos Magalhães Bastos — Medalha de
D. Miguel I, Rei de Portugal — Casa de
Francisco Ribeiro Nobre, em Valesim — Serra da Estrela — Senhora do Desterro —
Pág. 240/A.

Vendedeira de Hortaliça — por **JOAQUIM ANTONIO MARQUES** — Pág. 240/B.

SUPLEMENTO
RUI GALVÃO DE CARVALHO — «Antero VIVO» — Pág. 33/72.

NÚMERO AVULSO

Ano	180\$00	Portugal	17\$50
>	190\$00	Colónias portug. e Espanha	18\$00
>	180 cr.	Brasil	17,5 cr.
>	\$ 10.00	Estrangeiro, dollars U. S. A.	\$ 0.90
s especiais		Números atrasados (1/104) — 15\$00	

PORTUGAL — SÉRIE A — LÍNGUA PORTUGUESA
FUNDADA EM 1942

cada fascículo 17\$50 — Assinatura de 10 números — 150\$00
RECTOR — ÁLVARO PINTO

DO N.º 1 (MAIO DE 1938) — 152 PÁGINAS — 30\$00





A beleza da reprodução litográfica

depende, em grande parte, da intensidade das variantes conseguidas dentro de cada cor. Essas gravações são obtidas com o emprego de "redes" mais ou menos fechadas aplicadas pelos litógrafos-cromistas com longa prática e grande somatório de conhecimentos como os de

BERTRAND (IRMÃOS), L.^{DA}

T. DA CONDESSA DO RIO, 7 - TELEF. P. B. X. 21227-21368-32574 - LISBOA

Carolina Michaëlis de Vasconcelos

NOTAS VICENTINAS

Preliminares duma Edição
Crítica das Obras de Gil Vicente

NOTAS I A V

incluindo a Introdução à
edição facsimilada do
Centro de Estudos Históricos
de Madrid

1 volume de 664 páginas, 22
facsímls e extensos índices 150\$00
Edição especial numerada de
1 a 100 180\$00

Edição da Revista 'Ocidente'



SELOS

da

Cruz Vermelha Portuguesa

Aplique sempre na sua correspondência um selo da Cruz Vermelha Portuguesa, Instituição das mais nobres e beneméritas.

Os selos vendem-se na sede da Cruz Vermelha — Palácio do Conde de Óbidos
Jardim 9 de Abril — Lisboa

Carolina Michaëlis de Vasconcelos

LIÇÕES DE FILOLOGIA

Seguidas das

Lições Práticas de Por-
tuguês Arcaico

A venda o 2.º Milhar



1 volume de 430 páginas — 80\$00

*EDIÇÃO DA
'REVISTA DE PORTUGAL'*

DIRECTOR, PROPRIETÁRIO E EDITOR:
ÁLVARO PINTO
GERENTE: MARIA
AMÉLIA M. DE AZEVEDO PINTO

OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA MENSAL
FUNDADA EM 1938
SAI NO DIA 1 DE CADA MÊS

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: R. DE S. FELIX, 41-1.º DT.º — OFFICINAS: EDITORIAL IMPÉRIO, LDA, R. DO SALITRE, 155, 1.º — LISBOA

SUMÁRIO DO N.º 145 / VOLUME XXXVIII / MAIO DE 1950

«EM PROL DA CULTURA» (Com opiniões dos Professores A. Mendes Correia, Alfredo Coelho de Magalhães, Armando Marques Guedes e Machado e Costa, e dos Escritores brasileiros De Araújo Costa e Menoti del Picchia). — Pág. 217/224.

CARDOSO MARTHA — «Pedras de Sal» — Versos — Pág. 225/227.

ANTÓNIO DIAS — «Uma Medalha de D. Miguel» — Pág. 228/230.

RODRIGUES CAVALHEIRO — «Sob a Invocação de Clio — Ramalho e o Bispo-Conde» — Pág. 231/234.

DIOGO DE MACEDO — «Notas de Arte» — A bom entendedor... — Contemplando o Porto — Outro Artista angolano — Gabriel Constante» — Pág. 235/240.

«Teatro Nacional de São Carlos» — Com artigo de MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO sobre «Rescaldo da Temporada» — Pág. 241/243.

AUGUSTO MORENO — «Consultório Linguístico» — Pág. 244/246.

BIBLIOGRAFIA — Notas de JOÃO DE CASTRO OSÓRIO e outras — Pág. 247/254.
Livros recebidos — Pág. 254.

ÁLVARO PINTO — «Notas e Comentários» — Pág. 255/264.

II. ILUSTRAÇÕES

Brasão dos Magalhães Bastos — Medalha de D. Miguel I, Rei de Portugal — Casa de Francisco Ribeiro Nobre, em Valesim — Serra da Estrela — Senhora do Desterro — Pág. 240/A.

Vendedeira de Hortaliça — por JOAQUIM ANTÓNIO MARQUES — Pág. 240/B.

SUPLEMENTO

RUI GALVÃO DE CARVALHO — «Antero VIVO» — Pág. 33/72.

ASSINATURA

Portugal — 6 meses	95\$00;	Ano	180\$00
Colónias portug. e Espanha ...	>		190\$00
Brasil	>		180 cr.
Estrangeiro, dollars U. S.	>		\$ 10.00

Com direito aos números especiais

NÚMERO AVULSO

Portugal	17\$50
Colónias portug. e Espanha	18\$00
Brasil	17,5 cr.
Estrangeiro, dollars U. S. A.	\$ 0.90

Números atrasados (1/104) — 15\$00

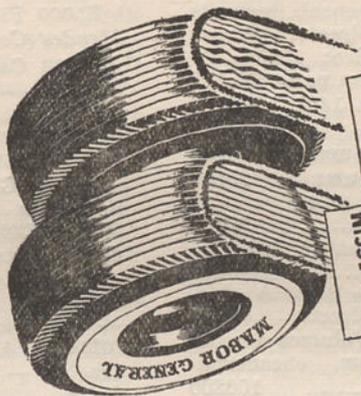
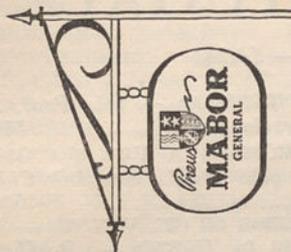
REVISTA DE PORTUGAL — SÉRIE A — LÍNGUA PORTUGUESA FUNDADA EM 1942

Publicados os n.ºs 1 a 84 — cada fascículo 17\$50 — Assinatura de 10 números — 150\$00

DIRECTOR — ÁLVARO PINTO

ADQUIRA A 2.ª EDIÇÃO DO N.º 1 (MAIO DE 1938) — 152 PÁGINAS — 30\$00





RODA ASSIM
PARA ASSIM

SQUEECE

O PNEU QUE POSSUI GRANDE PODER DE ACCÃO-TRACÇÃO, DEVIDO A CONCEPÇÃO ESPECIAL DA SUA SUPERFÍCIE DE RODAGEM

48

C. P.

ESTUDANTES E APRENDIZES

As assinaturas no caminho de ferro para estudantes e aprendizes são de preços muito módicos.

Podem ser utilizadas:

- pelos estudantes com menos de 18 anos de idade, que frequentem cursos de ensino primário, secundário, elementar ou complementar;
- pelos estudantes com menos de 25 anos de idade, que frequentem cursos de ensino médio ou superior;
- pelos aprendizes com menos de 21 anos de idade.

RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS

EDIÇÕES de «OCIDENTE» e da «REVISTA DE PORTUGAL»

R. de S. Félix, à Lapa, 41, 1.º, Dt.º — Lisboa

- «OCIDENTE» — Revista mensal ilustrada fundada em 1938 — Director: *Alvaro Pinto* — Número avulso: 17\$50; 37 volumes encadernados em pano (Vol. I a XXXVII — N.ºs 1 a 140) 3.100\$00
- Capas de pano:
Vols. I/XXXIII, cada uma 20\$00
Vols. XXXIV/VII, cada uma 25\$00
Capas com lombada de pele, cada uma 30\$00 e 35\$00
Qualquer n.º atrasado até o 108 (inclusive) 15\$00
- «REVISTA DE PORTUGAL» — Série A «Língua Portuguesa» — Director: *Alvaro Pinto* — N.º: 17\$50; Volumes I a XI (N.ºs 1/55), cada um, encadernado 100\$00
Volume XII (N.ºs 56/60), encadernado 120\$00
Volumes XIII e XIV (N.ºs 61/70 e 71/80), preço de cada um, encadernado 185\$00
- Capas de pano:
Volumes I/XII, cada uma ... 20\$00
Volumes XIII/IV, cada uma 25\$00
Qualquer n.º atrasado até o 54 (inclusive) 15\$00
- «RAÍZES DE PORTUGAL» — pelo *Prof. A. Mendes Correia*—2.ª edição 15\$00
- «VIAGEM» — Poemas de *Cecília Meireles* — Único livro premiado pela Academia Brasileira em 1938 15\$00
- «A TETRALOGIA DO PRÍNCIPE IMAGINÁRIO» — por *João de Castro Osório*. Ilustrações de *Hugo Manuel* — 4 vol. — Cada um 6\$00
- «FÉDON» — de *Platão* — Prefácio de *Leonardo Coimbra* — Trad. de *Ángelo Ribeiro* — 3.ª edição 12\$50
- «FLORILÉGIO DAS POESIAS PORTUGUESAS ESCRITAS EM CASTELHANO E RESTITUIDAS À LÍNGUA NACIONAL» — por *João de Castro Osório* 12\$50
- «A EXPRESSÃO DA LIBERDADE EM ANTERO E OS VENCIDOS DA VIDA» — por *Feliciano Ramos*, com 7 ilustrações ... 6\$00
- «TEATRO CAMONIANO — 1) - ENFATRIÇÕES»
2) «EL REI SELEUCO» — Prefácio e Notas do *Professor Vieira de Almeida* — Cada um 10\$00
- «UM HUMANISTA PORTUGUÊS — DAMIÃO DE GÓIS» — por *Aubrey F. G. Bell*, tradução de *A. A. Dória* ... 10\$00
- «A PEDRA NO LAGO» — Peça em 4 actos, por *Fernanda de Castro* ... 10\$00
- «O BLOCO PENINSULAR» — pelo *Prof. A. Mendes Correia* 5\$00
- «LUÍS DE CAMÕES — A VIDA E A OBRA LÍRICA» — pelo *Prof. Hernâni Cidade* 10\$00
- «OBRAS COMPLETAS DE GIL VICENTE — 1) — O VELHO DA HORTA» — Prefácio, Notas e Glossário por *João de Almeida Lucas* 10\$00
2) «A EXORTAÇÃO DA GUERRA» — Prefácio, Notas e Glossário por *João de Almeida Lucas* 10\$00
- «SOARES DOS REIS» — com 25 ilustrações — por *Diogo de Macedo* ... 15\$00
- «LUIZA DE AGUIAR TODI» — com 8 ilustrações — por *Mário de Sampaio Ribeiro* 10\$00
- «FERNÃO LOPES» — por *Aubrey F. G. Bell*, tradução de *A. A. Dória* 10\$00
- «O ENQUADRAMENTO GEO-ECONÓMICO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA ATRAVÉS DOS SÉCULOS» — pelo *Prof. Ezequiel de Campos* — 2.ª edição, com numerosos mapas e gráficos 50\$00
- «OS LUSÍADAS» — de *Luís de Camões* — *Fac-simile* da 1.ª edição, com Prefácio e Notas de *Cláudio Basto* — Brochado 40\$00, encadernado em pano 55\$00
- «VIDA E OBRAS DE GIL VICENTE» — por *Anselmo Braamcamp Freire* (2.ª edição definitiva), com 19 estampas (últimos exemplares) 80\$00
- «NOTAS VICENTINAS» — por *Carolina Michaëlis de Vasconcelos* — 1 vol. com 664 páginas e extensos índices 150\$00
Edição especial (N.ºs 1 a 100) 180\$00
Tomo IX (Frontispício, Índices e Capa) 15\$00
Qualquer tomo atrasado ... 17\$50
- «LIÇÕES DE FILOLOGIA PORTUGUESA» — por *Carolina Michaëlis de Vasconcelos*
Um vol. de 432 pág. 80\$00
- «JOÃO JOSÉ DE AGUIAR»—c/18 ilustrações — por *Diogo de Macedo* ... 15\$00
- «SUBSÍDIOS PARA UMA BIBLIOGRAFIA DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS» — compilados por *Carlos Galvão Simões* — Tomos I e II — Cada um ... 25\$00
- «OS ÚLTIMOS FINS DO HOMEM» — pelo *P.º Manuel Bernardes* — reprodução facsimilada da 1.ª edição de 1728, com Prefácio e Notas pelo *Prof. Vieira de Almeida* e Bio-bibliografia por *Barbosa Machado* — brochado 240\$00
Encadernado 300\$00

- «PORTUGAL AMOROSO» — Novelas históricas de *D. João de Castro*—2.^a edição — Capa de *Diogo de Macedo* 20\$00
- «A DESCENDÊNCIA DE EL-REI O SENHOR D. JOÃO II» — pelo *Marquês de Lavradio* 16\$00
- «DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DE MÚSICOS PORTUGUESES» — por *José Mazza*, com Prefácio e Notas do P.^o *José Augusto Alegria* — 1 vol. de 104 p. 15\$00
- «COLUNATA» — Romance de *Vieira de Almeida* — 328 págs. 20\$00
- «A ESCULTURA EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XVII E XVIII» — por *Diogo de Macedo* — Com 50 ilustrações, 40\$00 edição especial 60\$00
- «A JANELA DE TORMES» — (No Centenário de Eça de Queirós) — por *Vieira de Almeida* — Com 8 ilustrações — 20\$00; edição especial 30\$00
- «EÇA DE QUEIRÓS E OS SEUS ÚLTIMOS VALORES» — por *Feliciano Ramos* — Com 20 ilustr. — 25\$00; ed. especial 40\$00
- «O ACORDO ORTOGRÁFICO LUSO-BRASILEIRO», com um Índice organizado por *Sebastião Pestana* e cerca de 20.000 palavras extraídas do 'Vocabulário Ortográfico Resumido' (2.^a edição) 17\$50
- «SERMÃO DA PRIMEIRA DOMINGA DA QUARESMA, NA CIDADE DE S. LUÍS DO MARANHÃO, NO ANO DE 1653 E UMA CARTA A D. JOÃO IV» — pelo P.^o *António Vieira*, com Prefácio e Notas por *Sebastião Morão Correia* — 1 volume de 128 páginas 10\$00
- «A CONQUISTA DO PARAÍSO» — por *J. Caminha Dantas* — Novela — Capa de *Joaquim Lopes* 15\$00
- «INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA FILOLOGIA PORTUGUESA» — por *Manuel de Paiva Boléo* 20\$00
- «PROBLEMAS FUNDAMENTAIS PORTUGUESES» por *Ezequiel de Campos* ... 30\$00
- «DA POESIA MEDIEVAL PORTUGUESA» — por *Aubrey F. G. Bell, C. Bowra* e *William J. Entwistle* 15\$00
- «A LINGUAGEM RÚSTICA NO CONCELHO DE ELVAS» — por *J. Capela e Silva* — com 28 ilustrações 20\$00
- «QUESTÕES DE LÍNGUA PÁTRIA» — 2.^o volume—por *I. Xavier Fernandes* 25\$00 1.^o vol. (2.^a edição) 25\$00
- «ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE» — por *Perilo Gomes* — 1 volume de 212 páginas 20\$00
- «PEQUENO DICIONÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE VOZES DE ANIMAIS (Onomatopeias e definições)» — por *Júlio de Lemos*, com uma Carta e um Estudo por *Augusto Moreno* 20\$00
- «CANCIONEIRO DA BIBLIOTECA NACIONAL» (Antigo Colocci-Brancuti) — Leitura, Comentário e Glossário por *Elza Paçeco Machado* e *José Pedro Machado* — 1.^a edição integral do mais extenso e completo dos Cancioneiros medievais portugueses — Está concluído o 1.^o Volume com 408 páginas de texto e 80 de *fac-simile* 150\$00 Tiragem especial (1 a 200) 250\$00 (Assinatura de 5 tomos (desde o 6.^o): edição comum, 125\$00; especial, 225\$).
- «PRECONCEITOS DA ÉPOCA» — por *Myron Malkiel Jirmounsky* — 1 volume de 144 páginas 17\$50
- «OS SERMÕES DE GIL VICENTE E A ARTE DE PREGAR» — por *Joaquim de Carvalho* — 1 volume de 88 págs. 15\$00
- «AUTO DE SANTO ANTÓNIO» — por *Afonso Alvares* — Prefácio, notas e Glossário do Prof. *Almeida Lucas* — 1 volume de 80 páginas 12\$50
- «ENSAIOS DE FILOLOGIA ROMÂNICA» — por *Harri Meier* — 1 volume de 260 páginas 30\$00
- «SORTE» — Romance de *Fernanda de Castro*, capa de *Inês Guerreiro* — 1 volume de 232 páginas ... 20\$00
- «ANTERO DE QUELAL E A MULHER» — Ensaio de *Rui Galvão de Carvalho* — 1 vol. de 60 págs. e 4 ilust. ... 15\$00
- «A EXPRESSÃO LÉXICO-GRAMATICAL DO 'LEAL CONSELHEIRO'» — 2.^a edição — por *Herbert Palhano* — 1 vol. com 184 págs. e o retrato de D. Duarte 20\$00
- «ELOGIO DO CONTISTA TRINDADE COELHO» — por *Júlio de Lemos* — 1 volume de 56 páginas 15\$00
- «LIÇÕES DE TERMINOLOGIA MÉDICA» — pelo Prof. *Paulo Mangabeira Albernaz* — 1 vol. de 64 páginas ... 15\$00
- «HISSOPE» — Poema herói-cómico em 8 cantos — Reprodução de um Manuscrito inédito do Século XVIII, com Prefácio e anotações de *José Pereira Tavares* — 1 vol. de 192 páginas 25\$00
- «GONZAGA E A JUSTIÇA» — Confronto de *Baltasar Gracián* e *Tomás António Gonzaga* — por *João de Castro Osório* — 1 vol. de 80 páginas 15\$00

No Brasil os preços são os mesmos à razão de 1 cruzeiro por escudo

Depositário no Rio de Janeiro — Livraria Antunes :: Em São Paulo — Livraria Teixeira :: Em Porto Alegre — Livraria do Globo :: Em Curitiba — Livraria Ghignone

No Pará — Agência Martins :: Em Manaus — Gavinho & Gonçalves

OCIDENTE

Está já publicada a 2.^a edição do n.º 1, em tiragem muito reduzida. Preço do exemplar, com 152 páginas — 30\$00.

Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes

LISBOA

Agentes em Lisboa: COMPANHIA UNIÃO FABRIL (Secção Marítima)
Rua do Comércio, 39 — Telefone 3 0551

F R O T A

n/m «África Ocidental»	1.504 Ton.	n/m «Cartaxo»	1.376 Ton.
n/m «Alcobaça»	9.437 >	n/m «Colares»	1.376 >
n/v «Alcoutim»	10.526 >	n/m «Conceição Maria»	2.974 >
n/m «Alfredo da Silva»	5.500 >	n/m «Coruche»	1.376 >
n/m «Alexandre Silva»	2.974 >	n/v «Costeiro»	900 >
n/m «Alemquer»	9.437 >	n/v «Costeiro Segundo»	490 >
n/v «Alferrarede»	2.118 >	n/m «Costeiro Terceiro»	1.426 >
n/m «Almeirim»	9.437 >	n/m «Covilhã»	1.376 >
n/v «Amarante»	12.595 >	n/v «Cunene»	9.800 >
n/m «Ambrizete»	9.100 >	n/v «Foca»	2.018 >
n/m «Ana Mafalda»	5.500 >	n/v «Inhambane»	9.619 >
n/m «Andulo»	9.100 >	n/v «Luso»	10.125 >
n/m «António Carlos»	2.974 >	n/v «Maria Amélia»	3.005 >
n/m «Arraiolos»	9.437 >	n/v «Mello»	6.253 >
n/m «Belas»	7.100 >	n/v «Mirandella»	7.000 >
n/m «Borba»	7.145 >	n/m «São Macário»	1.221 >
n/m «Braga»	7.110 >	n/v «Saudades»	6.430 >
n/m «Bragança»	7.110 >	n/v «Zé Manel»	1.220 >

Total: 186.415 toneladas

Rebocadores — «Africa», «Cintra», «Estoril», «Freixo», «São Cristóvão», «Soure»

Lanchas a motor — «Garota», «Bolhões», «Obidos», «Maquela», «Carocha»

34 Batelões (19 de 500 ton. 13 de 400 ton. e 2 de 250 ton.); 24 Fragatas (2.150 ton.); 1 Barca de água (250 ton.)
e 1 Draga «Barreiro» com 5 Batelões de Dragadas com 80 m³ cada

Em construção nos estaleiros da C. U. F.: 2 Navios de 5.500 ton. para 36 passageiros e carga, cada um;

2 Rebocadores de 1.200 ton. cada um

Carreiras de Lisboa para: Norte de Europa — Norte de África — Cabo Verde — Guiné — Angola — Argentina

— Chile — Estados Unidos — Terra Nova — Groenlândia e Costa de Portugal

Importante — A Companhia que mais navios tem ao seu serviço construídos em Portugal nos estaleiros da Companhia União Fabril no Barreiro e Lisboa

Móveis de estilo Móveis rústicos

M A N U E L

CAETANO, L.^{DA}FABRICANTES E
ARMAZENISTAS

(CASA FUNDADA EM 1914)

R. da Fè, 6 — LISBOA

TELEFONE: 4 6422

A

COVINA

PRODUZ QUASE O DOBRO

DA CHAPA MECÂNICA

DE VIDRO

QUE É CONSUMIDA

NA METRÓPOLE

E NAS COLÓNIAS

Novidades literárias

HERBERT PALHANO

*A Expressão léxico-gramatical do 'Leal Conselheiro'*2.^a ediçãoCom prefácio de João Leda
1 volume de 184 páginas e o retrato
de D. Duarte — 20\$00

RUI GALVÃO DE CARVALHO

Antero de Quental e a Mulher

1 vol. de 60 págs. e 4 ilustrações — 15\$00

FERNANDA DE CASTRO

SORTE*Romance premiado no concurso
das Casas do Povo*

Capa de Inês Guerreiro

1 vol. de 232 pág. — 20\$00

Edições da Revista 'Ocidente'

ACABA DE SAIR

UMA NOVA EDIÇÃO DE

O HISSOPE*Poema herói-cómico em
8 cantos*Reprodução de um manus-
crito inédito do Século XVIII.
com prefácio e anotações do
Professor José Pereira
Tavares

1 volume de 192 páginas — 25\$00

*EDIÇÃO DA 'REVISTA DE
PORTUGAL' — LISBOA**Adquira a 2.^a edição de***O ACORDO
ORTOGRÁFICO
LUSO-BRASILEIRO***de 10 de Agosto de 1945*Com um ÍNDICE organizado por
*Sebastião Pestana e***CERCA DE 20.000 PALAVRAS***extraídas do novo***VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO
RESUMIDO****DA LÍNGUA PORTUGUESA**

1 volume de 150 páginas

Preço 17\$50 — À cobrança 19\$00

*EDIÇÃO DA
'REVISTA DE PORTUGAL'***Introdução ao
Estudo da
FILOLOGIA
PORTUGUESA**

por

*Manuel de Paiva Boléo*PROFESSOR DE FILOLOGIA PORTUGUESA NA
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE
COIMBRA*À venda o 2.º Milhar*

1 volume de 160 págs. — 20\$00

*EDIÇÃO DA
'REVISTA DE PORTUGAL'*

Livraria Luso-Espanhola, Lda.

Telefone 24917

RUA NOVA DO ALMADA, 88

L I S B O A

Rua do Carmo, 20-A, 1.º

Rua da Sofia, 78-1.º

Telefone 24076 — Porto

Telef. 2799—Coimbra

REPRESENTANTE EM PORTUGAL DAS
SEGUINTE EDITORIAIS ESPANHOLAS:

EDICIONES ARS

EDICIONES MORATA

EDITORIAL APOLO

EDITORIAL CIENTÍFICO-MÉDICA

EDITORIAL ORBIS

FRANCISCO SEIX — EDITOR

GUSTAVO GILI — EDITOR

JOSÉ MONTESÓ — EDITOR

JUAN BRUGER — EDITOR

LIBRERIA SANTAREM

LIBRERIA SUBIRANA

LUIS MIRACLE — EDITOR

MANUEL MARIN — EDITOR

EDICIONES SPÉS

REVISTA OCIDENTE

SALVAT, EDITORES S. A.

SERRAHIMA Y URPI

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS DAS
SEGUINTE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:

Revista Clínica Espanhola, Actas Españolas de Neurologia y Psiquiatria, Revista Española de Cirugía, Cirugía del Aparato Locomotor, Archivos Españoles de Urologia, Revista de Pediatría, Archivos de la Sociedad Oftalmologica Hispano-Americana, Revista Española de las Enfermedades del Aparato Digestivo y de la Nutricion, Revista Española de la Tuberculosis, Revista de Odontología, Revista Española de Reumatismo.

BRASIL

Livraria Luso-Espanhola e Brasileira, Lda.

Avenida 13 de Maio, 23 — Sala 414

R. 15 de Novembro, 200, 15.º

Edificio Darke—RIO DE JANEIRO

Sala 4—SÃO PAULO

com os seguintes editores espanhóis:

EDITORIAL BOSCH, EDITORIAL CIENTÍFICO-MÉDICA, EDITORIAL DOSSAT,
EDITORIAL ESPASA CALPE, EDITORIAL GUSTAVO GILI S. A., EDITORIAL
MANUEL MARIN, EDITORIAL REVISTA OCIDENTE

ESPAÑA

Editorial Científico-Médica

Telefone 24206

JUNQUERAS, 8

BARCELONA

Livraria Científico Médica-Espanhola, Lda.

Atocha 115

GRAN-VIA, 60

Moncloa 3

MADRID

EM PROL DA CULTURA

São vozes de todo o Mundo as que afirmam ser indispensável exaltar nos mínimos pormenores as forças espirituais, se quisermos dominar a crescente subversão materialista, que sopra de Leste cada vez com mais ímpeto e maior audácia.

E é axioma evidente que essas forças espirituais só podem impor-se e dominar vitoriosamente se assentarem e crescerem sobre sólidas bases de Cultura.

Por uma perigosa ilusão, que tanto seduz as inteligências fanatizadas ou superficiais, confunde-se facilmente Técnica com Cultura e, na maior das insensibilidades, ministra-se o veneno do progresso material como aspiração suprema, entorpecendo no homem todos os cambiantes do ideal.

A fórmula matemática ou química, a velocidade e o átomo, a energia nuclear e os gases — são os únicos objectivos de certas teorias, em que não há lugar para o sentimento nem base para o sonho.

Aos alquimistas do passado sucedem-se agora os Técnicos cem por cento mecanizados, com suas tabelas rígidas e suas máquinas inflexíveis. Ora, toda a Técnica será benéfica e admiravelmente fecunda se for bem dirigida pela Cultura, se não sair de sua limitada esfera de acção e compreender, sem megalomanias, a verdadeira e legítima finalidade do Homem consciente, que significa diante da Vida a mais alta expressão da Vontade de Deus.

As súbitas e espectaculosas conquistas do ferro e do cimento, do motor e dos óleos, podem, sem dúvida, ser engrandecidas pelos Sociólogos e cantadas pelos Poetas, se reverterem em sucessivos acréscimos de conforto social e em eloquentes manifestações de génio inventivo.

A Ciência tem, sem dúvida, direito a orgulhar-se dos prodigiosos resultados obtidos nos laboratórios pelos Sábios, que hora a hora vão abrindo novos horizontes aos ainda tão estreitos campos da análise e da síntese. Ela, porém, investiga, descobre e realiza apenas com um fim — o êxito. Dominar e aplicar esse êxito já é função mais complexa.

O inventor das armas e munições mais mortíferas só tem como finalidade de todas as suas vigílias e pesquisas o diabólico desejo de destruir o máximo e quanto antes. Mas armas e munições só por si não representam o perigo que lhes é inerente. O perigo está no critério do seu emprego.

Quer dizer: os exclusivismos da Técnica, as imposições da Ciência, as vitórias dos Inventores só podem encontrar o bom discernimento, a justa decisão e o sensato emprego nas expressas determinações da Cultura. Sem esta Providência orientadora e moderadora, actuarão em mero arbítrio, exaltarão apenas os impulsos da matéria, a estéril volúpia dos sentidos.

Dê-se, pois, a maior assistência à Cultura, se queremos prestigiar as forças espirituais da Nação.



O sábio Professor A. Mendes Correia definiu em seu discurso de 18 de Abril, na Assembleia Nacional, a verdadeira orientação a seguir pelo legislador em qualquer ramo do ensino. Velho Mestre de Antropologia, Arqueólogo portanto de períodos extremamente remotos, ali mostrou seu entusiasmo pelas belas-Artes e pela Cultura geral, que só não as colocam em primeiro plano os apáticos e os ignorantes.

Eis alguns períodos da sua bela oração:

«Quer em relação ao curso de arquitectura, quer aos de pintura e escultura, entendo que as escolas não devem limitar-se às suas funções correntes de ensino, mas constituir focos de elaboração e mais ampla irradiação cultural.

A base VII prevê — e muito bem — cursos de aperfeiçoamento, especialização ou actualização. Mas há que promover exposições, conferências, visitas e contributos a museus, publicação de trabalhos, etc.

Como, numa porfiada e louvável propaganda, a revista '*Occidente*' tem sustentado, é necessário proteger e difundir a Cultura nacional, elevar o nível cultural da população, exercer uma propaganda intensa das nossas actividades culturais no País, no ultramar, no Brasil e em muitos outros países.

As questões do livro e do papel têm de ser encaradas ampla e decisivamente. São precisas revistas especializadas. Não se compreende a nossa mi-séria no assunto.

Não se compreende que muitos dos nossos centros de ensino e cultura não possuam boletins ou revistas como órgãos de divulgação, de propaganda, de intercâmbio, de aproximação, de estímulo. Estamos a tal respeito numa situação lamentável, por exemplo, em relação à vizinha Espanha.

Por outro lado, Portugal não é apenas o rectângulo metropolitano com as ilhas adjacentes. É uma grande nação, em que, numa bela e indestrutível unidade política e espiritual, se integram territórios e gentes diversas.

Chamo a atenção para a necessidade de considerar esse admirável conjunto, quer para a colheita de variadas fontes de inspiração artística e sua possível integração em novas tendências de arte bem nacional e não copiada servilmente de modelos estrangeiros, quer para a ponderação de temas inúmeros e de necessidades como as da arquitectura dos países tropicais.

Temos um folclore magnífico, temos manifestações notáveis — muitas vezes vergonhosamente desconhecidas — de arte das populações do ultramar. Não se admite que o fado seja apresentado ao Mundo como a expressão máxima da arte popular e da alma portuguesa.

Farei a proposta de um aditamento no sentido de que às escolas de belas-artes e aos seus estudos não falte a ponderação da vastidão dos nossos temas e processos artísticos aquém e além mar. Que não poderá dar de inédito e de belo esse esforço de amplificação e síntese criadora?!»

Teve o Deputado Mendes Correia o desassombro de protestar em plena Assembleia contra o desaforo das escandalosas exhibições do fado em lugares onde nunca devia ter aparecido. Acrescentaremos nós, mais uma vez, o nosso protesto contra a forma quase acintosa como na Emissora Nacional se gastam horas e horas de bom tempo e de bom dinheiro com os indesejáveis e deprimentes fados e guitarradas. Um Organismo do Estado, com as responsabilidades educativas da Emissora Nacional, não pode continuar a perverter os seus programas com essas baixas manifestações de mau gosto.

E já que falamos de Emissora Nacional, estranhemos também que da rubrica *O Compositor da Semana* continuem ausentes os Compositores portugueses. Desde Dezembro até hoje já por ali passaram 20 Compositores estrangeiros e nem um só português!

Os dirigentes da Emissora não ouvem os seus programas ou o titular daquela rubrica impôs a condição de só falar em Compositores estrangeiros? É necessário esclarecer esse ponto, a bem da Cultura, e nós não deixaremos de reclamar enquanto tivermos pena e tinta.

Ainda a respeito de Técnica e de Cultura, é muito interessante e educativo transcrever as seguintes passagens da Introdução que o distintíssimo Professor nacionalista Alfredo Coelho de Magalhães escreveu em 1945 para um Relatório das actividades do Instituto Comercial do Porto desde 1933 a 1945:

«Suponho que será vantajoso divulgar, no nosso País, que, através das afirmações feitas no Congresso de Liège, em 1930, se vê, nitidamente, que mesmo entre os representantes do grande comércio e da grande indústria de alguns dos mais progressivos países, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, tende a dominar a opinião de que as humanidades clássicas devem estar na base dos estudos técnicos: não as exigir, pelo menos a quem tem de frequentar os respectivos cursos superiores, é fazer baixar, desde logo, o nível intelectual desses cursos. E, se passarmos do mundo dos negócios, em que tal opinião tem impressionante valor, para os meios científicos, ve-la-emos, não digo absolutamente, mas amplamente confirmada. Para não acumular citações, aludirei apenas à obra de Agathon, *'L'Esprit de la Nouvelle Sorbonne'*, onde vem apontado o exemplo dos directores das escolas técnicas das cidades industriais da Inglaterra que consideram o ensino clássico como o melhor meio de formar a inteligência, e à de Leon Guillard, *'L'Enseignement Technique Supérieur à l'Après-Guerre'*, na qual o eminente Mestre, discutindo se convém incluir as Línguas mortas, especialmente o Latim, no programa dos preparatórios para os cursos de engenharia, se pronuncia, sem um instante de hesitação, no sentido afirmativo.

Por mim, encarando o problema duma maneira geral, sou, como fui sempre, pela conservação dos estudos clássicos, antes de tudo porque, como estudos desinteressados e, portanto, com um grande poder educativo, constituem o que poderá chamar-se, na expressão de Alfredo Fouillée, as humanidades nacionais e internacionais. Mas não quer isto dizer que eu não reconheça, como Fouillé reconhece, que as novas condições sociais e económicas do Mundo exigem o alargamento dos estudos científicos e o conhecimento das Línguas vivas. O que condeno, e condenei sempre, é que o ensino, mesmo o ensino técnico, assuma um carácter exclusivamente utilitarista: quero que em todo ele, seja qual for a sua finalidade imediata, se procurem conciliar as duas correntes: a utilitária e a idealista.

É esta uma das razões por que eu tenho defendido a opinião de que na escola, onde se preparam contabilistas, a Língua e a Literatura nacional devem fazer parte do quadro das suas disciplinas, se não forem estudadas, com o necessário desenvolvimento, no respectivo curso preparatório. E está a ver-se que não é apenas porque o contabilista precisa de exprimir, de maneira perfeita o seu pensamento quando fala e quando escreve, mas pelo valor que os estudos literários podem ter, sob o ponto de vista moral e social, sendo orientados num sentido vivamente nacionalista e largamente humano.

Quero eu assim dizer que até a escola, que tem como função preparar técnicos de contas, não há de esquecer-se de que também lhe compete formar portugueses em cujo espírito se conciliem e vivam, estreitamente, o sentimento de nacionalidade e o sentimento universalista. É que eu, no meu impenitente idealismo, confio em grande parte da conciliação destes dois sentimentos, quando for possível criá-los em todos os povos, que a humanidade viverá aquele largo período de paz, por que anseia, neste momento, e tantas almas generosas acreditaram que se iniciaria, ao terminar a Grande Guerra.

Compreende-se que, neste desejo e nesta esperança, eu venha, há mais de trinta anos, num humilde apostolado, a afirmar a minha convicção de que um dos mais urgentes problemas portugueses consiste em nacionalizar e humanizar o ensino. Sem jamais deixar de reconhecer que o nosso ressurgimento, sob o ponto de vista económico, depende, essencialmente, da difusão e aperfeiçoamento da educação técnica, nunca deixei também de pôr em relevo que ela tem de ser acompanhada, se não precedida, da educação *educativa*, para me servir da expressão tão sugestiva do pedagogo Júlio Dubois.

Só por esta educação, que visa a formação moral e espiritual do educando, é que poderá criar-se o amor de Portugal e o amor da Humanidade; só ela permitirá que os portugueses, pelo estudo da História e tradições lusitanas, reencarnem as suas originais virtudes e reafirmem o seu espírito criador; só ele poderá evitar ou, pelo menos, atenuar as consequências do materialismo da civilização industrial».

Oportunas e vibrantes são igualmente estas palavras do Dr. Armando Marques Guedes, escritas em Agosto de 1935:

«...Professor do ensino técnico superior, vai para 17 anos, tenho a ideia perfeitamente nítida no meu espírito da vantagem e, mais, da necessidade do ensino clássico e dos estudos desinteressados, na educação verdadeiramente superior de qualquer espírito. Recebo na minha escola estudantes vindos das escolas técnicas médias em competência com os diplomados do 7.º ano de Ciências dos liceus. Estes trazem, a-par dos conhecimentos das matemáticas e das ciências físico-químicas, e histórico-naturais, os da História da Literatura, da Propedêutica filosófica e das Línguas mortas. Aqueles chegam ao Instituto Superior já com conhecimentos de contabilidade, economia e direito, que lhes deveriam dar, desde a primeira hora, uma marcada supremacia sobre os seus condiscípulos, antigos liceais. Pois a minha experiência diz-me que são estes últimos que, cedo, alcançam a primeira fila e a detêm pelo curso fora, com firmeza e galhardia. Poderia repetir longas citações para demonstração destes assertos. Todas elas tenderiam a mostrar que, sem a preparação clássica, uma Sociedade de técnicos, de especializados, será sempre espiritualmente mutilada...».

Mais uma transcrição convém arquivar a respeito dos bons princípios em matéria de ensino. Esta é do Dr. Machado e Costa, Professor e Publicista:

«...A proficuidade do ensino especializado, em qualquer dos seus ramos, sem excepção do Comercial, depende da preparação da receptividade do espírito do educando por uma Cultura geral cuidada, em que o conhecimento perfeito da Língua nacional, por vezes tão descuidada, deve ocupar um lugar primacial...»

A Técnica e a especialização valem muito, mas não resultam de interesse humano e colectivo, se não forem bem temperadas com a devida Cultura. Sem esta, tornam-se secas, intransigentes, tirânicas.

Note-se, por exemplo, o que aconteceu com a Portaria de Outubro de 1948, única pelos pormenores com que se preocupou, a respeito do fabrico e consumo de papel. Não soube distinguir um Editor de livros ou de revistas de um fabricante de sacos para cimento ou de caixas de papelão e colocou os Editores em situação de desespero. A Portaria de 1949 já olhou para os Editores e colo-

cou-os no mesmo nível dos armazenistas, mas aumentou de tal forma os preços e manteve em tal pé as insólitas restrições da anterior, que a produção literária se viu desde logo consideravelmente diminuída, por se tornarem incomportáveis certas despesas de edição.

A rígida Técnica e os pruridos duma industrialização para futuro próximo perturbaram de repente a Cultura nacional, diminuindo a produção livresca e encarecendo aquela que não pôde deixar de prosseguir. E deu-se a este agravamento da crise do livro o nome de *normalização*, exactamente o contrário do que sucedeu.

Cumprе regressar à situação anterior a Outubro de 1948, que não tinha nada de anormal e que era muito mais propícia para a Cultura.

Quanto à nova grande fábrica, que virá a produzir papel daqui a 2, 3 ou 4 anos, justo é que contribua o mais possível para embarratecer o produto e não para encarecê-lo. Também pertence à Cultura saber que os princípios económicos que estão a predominar nos Países mais progressivos são os do lucro mínimo para venda máxima.

Da '*Revista de Portugal*' (N.º 84, de Abril último) reproduzimos a Nota a seguir:

★ COLLOQUIUM INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS — Deve revestir-se do maior interesse em todos os grupos populacionais de Língua Portuguesa o «*Colloquium*» de Outubro próximo a realizar em Washington, promovido pela Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. Para tratar da participação portuguesa, chegou há pouco a Lisboa o dr. Lewis Hanke, director da Fundação Hispânica, que teve a amabilidade de visitar-nos e de expor-nos o programa do próximo «*Colloquium*», de que é o Secretário Geral. O Dr. Hanke, que já passou por vários países e segue brevemente para o Rio de Janeiro a congregar a participação brasileira, falou-nos da sua esplêndida iniciativa com o maior entusiasmo e sólida cultura, revelando ser o homem de acção necessário para empresa de tão complexa magnitude. Ele tem estudado bem a acção civilizadora dos Portugueses no Mundo e sempre que chega a qualquer país surgem-lhe novos factos, novos vestígios dessa acção verdadeiramente impressionante. Por isso mesmo sente cada vez mais imperiosa a necessidade de bem corresponder a tão excepcional esforço missionário e civilizador com grandiosidade, delegações de todo o Mundo luso-brasileiro e uma larga, escolhida, eloquente documentação. O programa que nos comunicou está, por enquanto, assim organizado: 4 de Outubro — Sessão inaugural. 5 de Outubro — 1.ª sessão: Antropologia cultural; 2.ª sessão: As investigações linguísticas nos estudos luso-brasileiros; 3.ª sessão: Belas-Artes. 6 de Outubro — 1.ª sessão: Literatura (especialmente consagrada à contribuição portuguesa para um novo conceito do Mundo nos Séculos XV, XVI e XVII); 2.ª sessão: Instrumentos de investigação (bibliotecas, arquivos, bibliografias). 7 de Outubro — 1.ª sessão: História (estudos sobre o Século XVIII) e sessão solene de encerramento. Estão previstas para se efectuarem durante este período em Washington as seguintes exposições: Na Universidade Católica da América: Livros mais raros da Biblioteca Oliveira Lima, escolhidos com o propósito de documentar a expansão dos Portugueses até 1800 não só no Novo Mundo, mas também em África e no Oriente. Na Biblioteca do Congresso: a) Uma selecção de livros brasileiros publicados desde 1939. b) Uma selecção de livros portugueses, publicados desde 1939. c) Fotografias de monumentos de Arte portugueses e brasileiros. No Arquivo

Nacional: Manuscritos de interesse para a História das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e o Brasil e Portugal, a partir dos fins do Século XVIII.

Será esta uma ocasião excepcional para a Cultura portuguesa se apresentar perante o Mundo culto com alguns de seus valores e documentos mais impressivos. O Dr. Hanke vai agora ao Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo combinar a participação brasileira, que vê sempre como a melhor projecção da Cultura portuguesa na América. Deve prestar-se ao insinuante Secretário geral do *Colloquium* toda a colaboração que lhe possamos fornecer. Os principais benefícios não serão para ele nem para a *Fundação Hispânica*, mas sim para o nome e glória de Portugal.

No seu regresso do Brasil, o Dr. Hanke quer enriquecer a já opulenta discoteca da *Fundação* com as vozes dos mais ilustres Poetas portugueses que possam ler-lhe poesias próprias. Aqui está uma encantadora iniciativa, que nós devíamos ter adoptado há muito para deixar na nossa primeira Biblioteca uma colecção preciosa de vozes dos mais representativos vultos da Intellectualidade portuguesa.

Escrevemos — nossa primeira Biblioteca... Lemos nos jornais uma extensa lista de melhoramentos a realizar no País neste mês de Maio, evocador da Revolução redentora de 1926. Lemos e procurámos alguma coisa que se parecesse com a palavra Biblioteca. Não encontrámos. Entretanto, a Biblioteca continua a assistir, torturadamente, à implacável destruição pela humidade, pelo pó e pelos bichos, de suas ricas, insubstituíveis preciosidades. Que terrível maldição pesará sobre aquela casa, para assim lhe infligir o Destino tão cruel aniquilamento!

A-propósito de Bibliotecas: Na mais antiga do Mundo, a de Mênfis, lia-se à entrada «Remédio da alma». Hoje, procuram-se mais os remédios do corpo, mas há uma forma de difundir o livro e de o colocar à disposição de toda a gente em condições acessíveis — é criar bibliotecas em todos os centros populacionais e tê-las sempre em dia com a produção livresca. São frisantes estas palavras do Escritor brasileiro De Araújo Costa:

«Não se pode polir o espírito sem o hábito da leitura, meditada e contínua. Ela nos leva à Cultura e um povo sem Cultura é um povo sem História e, como tal, fadado ao esquecimento. Pelo livro conhecemos e mais cultivamos as nossas tradições, e povo sem tradições, como dizia Sílvia Romero, é árvore sem raízes, que qualquer vento derruba» «Os livros são os nossos mestres silenciosos e pacientes, sempre à nossa disposição, sem se arrelhiarem com as nossas constantes consultas, sem se aborrecerem com a nossa curiosidade sempre insatisfeita. Não exigem nada pelas lições que nos ministram e nem cobram extraordinários por serviços prestados fora de hora».

Os livros são, na verdade, os nossos melhores e mais desinteressados amigos. Mas, por isso mesmo, são os mais desprezados e traídos.

Outro Escritor brasileiro, Menotti del Picchia, Romancista e Poeta dos mais ilustres, nos diz palavras candentes a respeito de Bibliotecas e de livros.

«Todos desejaríamos ver realizado o sonho de Castro Alves. O ideal seria, de facto, espalhar:

livros, livros a mãos cheias!

Tal generoso propósito têm também as cidades do interior que, com custo e patriotismo, criam suas bibliotecas municipais. A luta entre a sala de estudo, silenciosa, penumbrosa e discreta e a cancha de futebol cheia de alaridos e ensolarada, é desigual e triste. O livro perde sempre para a chuteira. O herói de estádio, apolíneo e eufórico, é muito mais belo, redourado pelo sol das ovações, que o enrugado pensador que sai de alma amarga de cima do solene tomo.

Acontece, porém, que quem salva o Mundo é o livro e não a bola. Nas horas amargas são os sábios nos laboratórios que desintegram a matéria e são os Poetas, com seus carmes, que renovam a façanha do General Tirteu, reerguendo com os materiais do espírito, os corpos desacoroçoados. Então se chega à conclusão de que, apesar de ser cacete ter alguém que renunciar à vida solar e ginástica, é mister fazer um pouco de sacrifício em prol da cabeça. Não se dê tudo aos pés. Com eles, é verdade, que o homem se move, mas se não funcionar o crânio é bem possível que esses pés arrastem um corpo inconciente para a borda do abismo...

Livros! Livros a mãos cheias! Espalhemos, pois, livros e convidemos nossa mocidade a dividir, pelo menos, seus ócios entre a Biblioteca e o Estádio.

O problema do livro, porém, não é de solução fácil. Custa ele hoje os olhos da cara. Se os Governos cuidassem do caso, não majorando eternamente os impostos e gastando voluptuariamente às cegas, mas tratassem de resolver a questão do papel, da tinta, da mão-de-obra, da distribuição, dos mercados, era possível que as coisas se ajeitassem melhor. Mas os Governos só cuidam da sua triste demagogia. Deus tenha pena deles. É melhor não pensar. Fica, como tudo o mais, a carga da iniciativa particular, o burro de carga paciente e eficiente do nosso trabalho e do nosso progresso».

Em Portugal não podemos falar de demagogia de Governo, porque, em vez dela, há uma administração escrupulosa e bemfazeja. Mas podemos, evidentemente, reclamar a salvação da Biblioteca Nacional, a criação de muitas mais Bibliotecas e do Instituto Nacional do Livro, a solução do problema do papel, redução de impostos e aumento de verbas para Instrução, Educação e Cultura. Neste último capítulo, é de lamentar que em qualquer serviço público mal se apresenta a necessidade de fazer economias, por circunstâncias imperiosas, a primeira verba a reduzir seja a de assinaturas de revistas ou de compra de livros. Sabemos que na maior parte das vezes tal resolução depende do critério pessoal do executor da medida. Mas devemos combater esse critério e inscrever em registo negro o Governador civil, o Reitor de liceu, o Presidente de Câmara, etc. que refugue com a maior displicência os órgãos de Cultura que seus antecessores tinham considerado dignos de apoio.

À frente do Governo do importante Estado de Pernambuco está o espírito brilhante de Barbosa Lima Sobrinho, Jornalista e Escritor de aprimorada educação. Não deve ser estranha a essas qualidades do ilustre Governador a Lei n.º 690, de Outubro de 1949, que estabelece:

«Artigo 1.º — Fica isento do pagamento do imposto de vendas e consignações, de acordo com a letra «C», inciso 2.º, Art. 31.º, da Constituição Federal, o papel que se destinar exclusivamente à impressão de jornais, periódicos, revistas, livros, bem como o comércio destes.

§ único — Para os efeitos da presente Lei, consideram-se livros os que contêm obra cultural, técnico-científica, didáctica ou literária, excluídos, assim, os livros em branco, ou simplesmente pautados, para escrituração de qualquer natureza.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.»

A medida tem, por assim dizer, um carácter simbólico, porque Pernambuco não tem casas editoras de relevo. Mas é natural que outros Estados adoptem o mesmo regime, a bem da Cultura.

Um Clube desportivo paulista, para comemorar o seu meio centenário, organizou atraente festival em que os prémios para os vencedores das provas desportivas eram livros. Os competidores descoroçoaram e disseram mesmo: *para que nos servem livros, queremos é medalhas*. Os promotores da festa reflectiram e resolveram a questão instituindo medalhas para os dois primeiros classificados e livros para o 3.º e 4.º. Pois, chegado o dia da festa e realizadas as provas, verificou-se, com espanto, que nenhum dos competidores queria os dois primeiros lugares. O técnico indagou o motivo e soube que, na hora da competição, os concorrentes já preferiam os últimos prémios, ou seja os livros. A lição é para ponderar.

REVISTA DE PORTUGAL

FUNDADA EM 1942

 SÉRIE A—LÍNGUA PORTUGUESA

DIRECTOR — ALVARO PINTO

VOLUMES I A XI (N.º 1 A 55), ENC. EM PANO 100\$00 CADA UM
VOL. XII (N.º 56/60) — 120\$00 ☆ VOL. XIII E XIV (N.º 61/70 E 71/80)
— 180\$00 CADA UM — N.º 1/54 — 15\$00 CADA UM ☆ 55 E SEGUINTE
— 17\$50 CADA UM — VOL. XV — N.º 81 A 90 — EM PUBLICAÇÃO

HÁ UM PEQUENO NÚMERO DE COLECCÕES

— Capas de pano — 20\$00 e 25\$00 cada uma —

PEDRAS DE SAL

OS ÚLTIMOS SERÃO OS PRIMEIROS

Vai pelo céu sereno o majestoso avião;
não consegue eclipsar, por mais que queira,
a libélula azul de asas de seda
que voa entre os caniços da ribeira.

COMO A ANDORINHA

No meu beiral fez ninho a grácil andorinha;
no meu beiral amou, no meu beiral foi mãe;
assim, o mesmo lar dois lares felizes tem.

BOM CAMINHO

Em matéria de amor não sejas louco:
avança muito
falando pouco.

OBRAS E NÃO PALAVRAS!

— Deixa-me dar-lhe um beijo? Decisiva,
respondeu-me que não, que não deixava.
Bem feito! Que resposta é que eu esperava?

EM ROMA, SÊ ROMANO

Entre feras, sê fera, se não queres
ser devorado, como outros foram.
Feras não se devoram
(com excepção, é claro, das mulheres).

REMÉDIO

Para a dor de viver se não sentir,
ou amar... ou dormir.

MULHERES

Seja a mulher bonita, seja feia,
 aproxima-te dela
 com a mesma cautela
 com que te acercarias duma chama.
 Teme-a, pois, com razão, quando te odeia;
 teme-a, com mais razão, quando te ama.

QUANDO?

Escalam uns os céus, outros — altas montanhas
 (onde é que a ciência, enfim, um dia há-de chegar?)
 Só o teu seio é tão difícil de escalar...

RICOCHETE

Quem diz mal de toda a gente,
 diz mal de si juntamente.

DIA CINZENTO

Está hoje triste, a tarde. Tudo hoje me aborrece.
 Nas mulheres que cruzam este banal Chiado
 sob a plástica ideal que nelas resplandece,
 adivinho a carcaça hedionda que apodrece.
 Está hoje triste, a tarde. E eu triste. E eu cansado...

RISO E LÁGRIMAS

Já chorando me vi
 de me rir a bom rir, até cansar.
 O contrário é que não: nunca me rir
 à força de chorar.

COMER E CALAR

De mulheres,
 se as queres,
 sê ousado
 e calado.

QUIMERA

— Conheço-a a fundo, dizes. Que ilusão!
mais depressa se desce ao fundo do Oceano
do que ao dum feminino coração.

«COSI FAN TUTTE»

ELA:

— Juízo! Não estraguemos a amizade!

Seja apenas amigo e camarada!

ELE:

— Agradeço o conselho, mas verdade,
verdade, é que as mulheres só dizem isso
se não lhe interessamos pra mais nada...

ISTO É MUNDO...

Por muito mau que sejas,
se desejas
que digam bem de ti,
hás-de morrer primeiro.
É caro. Mas é assim.

FRUTEIRA

É tua boca um par de cerejinhas bravas;
os olhos — bagos de uva, e os seios — dois morangos...
Que rica sobremesa que tu davas!

CARDOSO MARTHA



UMA MEDALHA DE D. MIGUEL

Pelo Capitão ANTÓNIO DIAS

Eis como o povo de S. Romão de Seia, possuído da maior crença, narra o Milagre que Nossa Senhora fez ao General Póvoas, depois de livre do cerco que lhe havia sido posto, em Manteigas. Vinha ele transportado, numa maca, disfarçado de ferido grave, em direcção à Senhora do Desterro, no Vale do Alva, quando teve conhecimento de que as tropas de Saldanha se encontravam nas imediações do Monte Calvário, num sítio chamado Formigo, e que só por milagre se poderia salvar de ser feito prisioneiro.

O Chefe legitimista entrou na Igreja, implorou esse milagre e, ao sair do templo da Sagrada Família, pôde verificar que um espesso nevoeiro só deixava à vista as Capelas do vale e da lomba, até ao sítio chamado da Senhora da Estrela, que já em dias claros espregueia a Vila de S. Romão, formando uma autêntica parede de negrume, enquanto para os lados da Serra da Lapa dos Dinheiros, daquela Freguesia, havia sol à farta.

Na Capela dos Doutores, a primeira que se encontra no caminho para a vila, onde se vê estatualizado o Quadro de Barrias, mais que o de Quentin de Metzys, o caudilho pôde ver a Cena de Jesus, confundindo os Doutores da Lei, pareceu-lhe que Deus Menino lhe sorria e seguiu confiado até à Senhora da Estrela, capelinha que recorda uma lenda acontecida com Egas Moniz, quando andava a limpar a Serra da moirama. Neste ponto, o nevoeiro inflectia para o Sul, cobrindo toda a planície até Torroselo, o Vale do Alva, sobre Vila Cova e Sandomil, só deixando ver ao longe a Serra da Lousã e em frente, num outeiro rodeado de pinheirais, uma capelinha, emergindo dum mar coruscante de pedraria, feito de reverberos do Sol. Póvoas tinha o caminho esclarecido e por aquele autêntico farol se guiou. Tal espectáculo só pode compreendê-lo quem um dia o tiver gozado. Enquanto sobre os vales poussa um negrume de breu, o que estiver num lugar eminente verá o chão do Olimpo.

A lendária Lapa dos Dinheiros estava à vista; ao longe, a capelinha de Nossa Senhora das Necessidades anunciava Valesim, onde chegou Póvoas, dirigindo-se a casa dos Pais de Joaquim Ribeiro da Costa Nobre, na frase dum Escritor consagrado, o Castanheiro Velho da Serra, o qual, pensando poder viver até continuar a guiar aquela estrada que havia trazido até à Vide, havia mais de cinquenta anos, mal perdeu a que era a razão do seu viver, a sua Santa Esposa, adormeceu como um cordeiro, para ir ao encontro dela. Serenamente, o Homem, que ensinara a muitas gerações dos Ninhos de Águias, partiu ficando assim esquecida essa sua promessa de continuar a guiar a estrada, que havia ido buscar à Ponte das Três Entradas e viu parar na Vide, ponto onde estão fechadas as portas do caminho de Lisboa e de Coimbra para a Covilhã.

Ele, que sonhava ter ainda influência junto dos políticos que

tantos guindou, para conseguir este melhoramento, foi esquecido por todos, muito perdendo a Teixeira, que esperava ver servidas as suas terras, possuidoras de foral dado pelo Cabido e Bispo de Coimbra em 1202.

Vencedor D. Miguel, Póvoas recordou-lhe o serviço de Valesim e fez com que o Rei concedesse à Família Ribeiro Nobre a Medalha que tenho presente e é diferente das que descreve Artur Lamas, no opúsculo '*Medalhas de D. Miguel*'.

Esta Medalha pode assim ser descrita: *Busto de D. Miguel, fardado de grande uniforme. Cabeça descoberta, cabelo penteado para a frente, colarinho de volta, alta, deixando sobressair a orla deste. Gola apertada em linha recta, sem deixar ver o colarinho, no seu fecho. Na orla da Medalha e seguinte legenda: D. Miguel I Rei de Portugal.* Não contém data, nem se descobre a assinatura do Gravador.

Nada se lê no reverso, mas é natural que aí tivesse existido a data da concessão e o motivo dela. Como, porém, era pendente para o pescoço e de latão amarelo, com um caixilho e um vidro, não devia o reverso possuir efeitos artísticos.

É muito semelhante às das figuras 2 e 5 do citado opúsculo, com esta diferença: A da fig. 2 contém na orla a legenda *Dom Miguel Regente de Portugal*, mede de diâmetro 55 mm. e pesa 59,57 gr. A da fig. 5 tem na sua orla a legenda *Dom Miguel I Rei de Portugal* e na base a data de 1828 e em ambas a gola fecha em forma de V.

Por falta de data no reverso, não se pode saber se esta Medalha foi também concedida com as muitas que foram para Seia.

A '*Gazeta de Lisboa*', de 1830, pág. 365, traz uma lista de concessões da *Medalha da Real Efigie*, na Vila de Seia e S. Romão e noutras partes daquele Concelho (1).

Terá a Medalha a que me estou referindo sido concedida nesta data? Não o pude averiguar, pois que nem mesmo a Táboa que narava o milagre feito ao General Póvoas, memorado na Igreja de Nossa Senhora do Desterro, do Vale do Alva, pende já das suas paredes, como, em artigo escrito há mais de 20 anos, havia eu dito

(1) EL-Rei Nosso Senhor, attendendo ao que Lhe representou o Padre Mestre e Doutor Fr. João de S. Boaventura, Monge Benedictino, Censor e Pregador Regio, Lente de Rhetorica e Practica no Real Collegio dos Nobres, no Real Palacio d'Ajuda, em o dia 9 de Abril de 1830, por ocasião de ter prégado o Sermão da Paixão de Nosso Senhor Jesus Christo, na Presença d'El Rei e da Côrte, foi Servido conceder o uso da Medalha de ouro da Real Effigie, ás pessoas seguintes: a Bernardino José Fazd., da Villa de Cêa, a suas filhas, e a toda a mais família; a seu irmão Luiz Xavier, e a suas filhas, a sua irmã, cunhado, primos, primas, filhas, e filhos destes; a todos os Escrivães, Alcaide, e Meirinho do Auditorio daquela Villa; a Antonio de Miranda Brandão Castelo Branco, e seu sobrinho Henrique; ao Doutor Diogo Antonio Figueira; a António José Ayres; a Manoel José da Costa Ribeiro; ao Bacharel José Ignacio Delgado, e seu afilhado José Gonçalves; ao Bacharel Francisco Rodrigues de Figueiredo; a Daniel Antonio Pereira; a Francisco Fragozo d'Abrantes; a José Mendes Fernandes; a José de Oliveira, de Aldêa da Serra; a Diogo Lopes da Silva Salgado, a seu irmão o Padre Francisco Lopes da Silva, e a seu sobrinho Francisco de Sameice; a José Duarte Serodio.

«O Milagre de N.^a Senhora do Desterro fez ao General Póvoas, salvando-o e ao seu exército de ser derrotado, pelas tropas de Saldanha, copiei-o, dum pequeno quadro que pende das paredes da dita Igreja, como havia ouvido descrever à lareira».

Mas, quando não tivesse outros elementos para demonstrar que o Rei D. Miguel teve ali partidários, bastava-me o achado em casa da Família Magalhães Bastos, na parte há poucos annos começada a modificar, por um operário que trabalhou na demolição e que, em perfeito estado de conservação, era uma *Medalha da Real Effigie*, muito perfeita, com a seguinte legenda, *D. Miguel I Rei de Portugal*.

E o mesmo se verifica de vários acontecimentos desenrolados no Concelho, como o da Guerrilha de S. Romão, capitaneada pelo Lente de Cânones, António Hortêncio Mendes Cardoso, natural de S. Martinho, que a conduziu ao País vizinho, indo nela várias individualidades da região, sobretudo Padres e Advogados.

Este Lente foi vítima da sua temeridade, na Serra da Estrela, limite da Covilhã, porque, tendo sido procurado, em S. Romão, onde residia, para o prenderem, fugiu para a serra, levando um dos seus mais *fiéis* criados que, no pino da montanha, quando dormia, lhe esmagou a cabeça com um pedregulho, para o roubar, sendo o criminoso julgado na Covilhã e condenado por homicídio e roubo.

O espírito contra a Constituição era de tal ordem que os Párocos faziam tudo o que podiam para a ela se furtarem e em Loriga, que havia mais tarde de conduzir outra guerrilha, de trágicas consequências, já em 1821, o Pároco se recusava a cumprir o que lhe fora estabelecido, pelo juramento da Constituição, encobrendo-se com o pretexto de precisar de ordem do Bispo (²).

(Ver gravuras em folha separada)

(²) Antonio Joze d'Oliveira Robalo e Mello Escrivam da Camara em esta V.^a de Loriga e seu termo, que sirvo por Provimto do M.^{mo} Br. Corr^{or}. de esta Com.^a da Guarda.

Certifico e atesto eporto por fé em como Recebendo o Juiz ordinario Antonio Jorge de Abreu desta mesma Villa a Portaria vinda da Secretaria de Estado dos Negocios do Reino pela mesma sec.^a datada em dezanove de Julho de mil outo centos e vinte e hum, fazendo ciente a Camara desta villa o feliz regreço a Capital da entrada nela de El Rey Nosso Senhor no dia coatro do dito mês no qual prestou o seu juramento ás Bazes da constituição a fim de que por tam plauzível motivo se fizecem aquelas demonstraçoens de jubilo que eram do Estillo, e que se costumam praticar nas ocaziõs de maior regozijo. Com assinatura, de Ignacio da Costa Quintela, e Em-consequencia da mesma Portaria Recebida com todo o Jubilo e prazer nesta Jurisdiçam mandou elle dito Juiz que eu Escrivam passei a noticiar o comtheudo da mesma ao Reverendo do Parroco desta Freguezia Tiotonio Luiz da Costa que sendo por mim satisfeito para que no dia seguinte cantasse o Tédeum Laudamos e as mais serimonias do estillo na Igreja á Missa conventual mandando fazer os sinais do Toque dos sinos para ajuntamento da Nobreza o Povo por tam Agradavel noticia pella feliz chegada de S. M. e pello seu juramento prestado, me foi pello mesmo Reverendo Parroco Respondido que nada fazia sem ordem do seu Prelado o Ex.^{mo} Sr. Bispo de Coimbra o que tudo porto por fé e por esta me ser pedida passei aprezenste que assino Loriga 20 de Ag^{to}. de 1821.



SOB A INVOCAÇÃO DE CLIO

Crónica de RODRIGUES CAVALHEIRO

RAMALHO E O BISPO-CONDE Andava bastante esquecida a figura, por tantos motivos digna de interesse e de estudo, de D. Manuel de Bastos Pina, Bispo de Coimbra e Conde de Arganil, que durante os dois últimos reinados foi personalidade de singular destaque no meio social, político e intelectual português. Há dois anos, com a publicação das cartas que, num período de cerca de vinte anos, lhe dirigiu a Rainha D. Amélia — cartas que pertenciam aos herdeiros de Eugénio de Castro, visto o Poeta da *'Belkiss'* ter sido casado com uma sobrinha do Prelado — o nome e a obra de D. Manuel de Bastos Pina foram de novo recordados com a admiração e o carinho que, na verdade, merecem.

Coube-me, então, escrever algumas páginas que servissem de introdução a essa correspondência régia, que constitui um dos documentos mais valiosos para o estudo do pensamento e da acção — tão deturpados pelos baixos caluniadores ao serviço da vil política em que se afundou o trono secular de Afonso Henriques — dessa notável e bondosa Soberana que é a viúva do grande Rei D. Carlos. Tive, nessa altura, ensejo de me pôr em contacto mais íntimo com a biografia de D. Manuel de Bastos Pina, podendo apreciar a multiplicidade das suas aptidões intelectuais, expressa numa vasta e variada obra, que enche, na sua seca enumeração bibliográfica, bastantes páginas da monografia que ao Bispo-Conde consagrou o investigador e escritor aveirense Marques Gomes. Mas, acima de tudo, interessou-me o carinho pelas manifestações de Beleza que o seu alto espírito manifestou sempre, concorrendo, como poucos, numa época bem avessa a essas preocupações, para salvar monumentos e objectos que a iconoclastia do tempo tinha condenado à destruição e ao desaparecimento.

Permita-se-me que recorde o que nesse prefácio a tal respeito escrevi: — «O que importa registar aqui — porque isso se prende com numerosos passos da correspondência que lhe dirigiu a Rainha D. Amélia — é o seu grande amor às coisas de Arte e os inestimáveis serviços que prestou à conservação do nosso património estético e histórico. Comparando-o aos grandes Bispos-Mecenas, seus antecessores, Eugénio de Castro recorda algures o fervoroso culto que D. Manuel de Bastos Pina prestou sempre às altas preo-

cupações do Espírito. «Desse culto são testemunho vivo — escreve o insigne Poeta — além do Tesouro da Sé, a restauração da Sé Velha e do seu claustro, a criação da cadeira de *Arqueologia Cristã* no Seminário Diocesano e o apoio moral e material tantas vezes concedido a Artistas de mérito». Tal era uma das feições mais simpáticas e de maior relevo do Bispo-Conde — homem de excepcional cultura e caridade, sempre atento a todos os problemas intellectuais e sociais da sua época e que, ao mesmo tempo que criava, no Seminário de Coimbra, o ensino da filosofia tomista, erguia para as classes pobres da cidade universitária um bairro de habitações económicas e salubres onde os operários e as famílias pudessem viver com mais conforto e alegria.»

Quando redigi as linhas acima transcritas ignorava por completo que ao depoimento, tão valioso, de Eugénio de Castro sobre os serviços prestados pelo Bispo-Conde no campo da Arte se poderia juntar o de Ramalho Ortigão. E, no entanto, por duas vezes o autor de '*O Culto da Arte em Portugal*' aludiu, com a sua especial autoridade, ao muito que, para defesa do nosso património de Beleza e de Tradição, se esforçou, na sua acção de inteligentíssimo Prelado, o venerando D. Manuel de Bastos Pina. Simplesmente, essas referências de Ramalho encontravam-se esquecidas nas columnas de duas publicações, hoje pouco consultadas:—'*Arte*' e '*Ilustração Luso-Africana*'. Ainda é tempo, todavia, de reparar essa involuntária omissão.

Foi em Novembro de 1905 que a revista portuense '*Arte*', dirigida por Marques de Abreu, publicou um número de homenagem ao Bispo-Conde e para o qual solicitou a colaboração de Ramalho. Eis o que escreveu, nessa altura, o crítico de '*As Farpas*':

«A religião é no domínio do sentimento a mais alta expressão do ideal humano. A Arte é dentro da mesma órbita a expressão paralela de um ideal análogo. A religião é a guia da alma em busca da perfeição absoluta no destino eterno. A Arte é a guia do espírito na interpretação da vida para o fim da mais perfeita unificação das consciências perante a significação da natureza e a missão da humanidade.

Atentar contra os direitos da religião ou contra os direitos da Arte é ferir o sentimento humano no que ele tem mais sagrado, é condenar a nossa espécie à mais iníqua e brutal de todas as expropriações morais.

Da conciliação da Arte e da religião procedem os mais portentosos monumentos que em toda a superfície da terra glorificam e consagram na admiração dos séculos a intellectualidade do homem.

O Bispo-Conde de Coimbra, a quem se dedica a homenagem destas páginas, é, em todos os grandes actos da sua vida pastoral, como restaurador da Sé Velha, como instituidor do Museu diocesano de Coimbra, como conservador de todos os monumentos artísticos sujeitos ao seu báculo, a

personificação mais eminente em Portugal da conciliação a que me refiro.

Nada mais grato para nós outros, filósofos, artistas, arqueólogos, críticos, historiadores do nosso tempo ou simples diletantes, do que proporcionar-se-nos este ensejo de levantar por um momento os olhos para essa veneranda e agigantada figura de antigo prelado guerreiro, a cuja sagrada púrpura tão marcialmente se cingiria um arnez de batalha e um gládio de combate, e dobrar respeitosamente o joelho para receber da sua mão, de Sacerdote e de Artista, o ramo de oliveira que ele nos oferece, símbolo de paz universal entre os homens todos, crentes e descridos».

Dois anos depois, na '*Ilustração Luso-Africana*', Ramalho Ortigão retratava de novo, e com igual ternura e admiração, o perfil de D. Manuel de Basto Pina. Arquivemos igualmente as suas palavras:

«Não tive nunca as menores relações pessoais com o sr. Bispo-Conde, mas nem por isso deixo de respeitar o seu carácter, de aquilatar o seu espírito, de reconhecer os serviços por ele prestados à Civilização portuguesa numa das suas manifestações mais brilhantes e simpáticas.

Se não estou em erro, creio que é o Bispo de Coimbra o único dos prelados portugueses que usufrui o título e as prerrogativas da nobreza secular. Foi D. João Galvão quem grangeou essa honra para si e seus sucessores. A mercê veio-lhe das mãos de D. Afonso V, que premiou nele, não as virtudes do sacerdote, mas a intrepidez do soldado.

D. João transformava o báculo de pastor de igreja em espada de guerreiro e na conquista de Arzila foi tal o seu ardor belicoso, que o Rei o fez Conde de Santa Comba, título que, sem se saber porquê, se transferiu desde logo para o de Arganil.

Hoje em dia os Bispos já não comandam as hostes, embora nos países onde o serviço militar é obrigatório os seminaristas peguem em armas, como quaisquer outros filhos do povo.

A missão episcopal, apesar de não estarmos em épocas de mais viva fé, é hoje mais evangélica, mais consentânea com a brandura dos costumes, mais em harmonia com a ciência, que não é irreconciliável com a religião, quando esta é bem interpretada.

O Catolicismo e a Arte viveram sempre consorciados, confundindo-se, equiparados na equação do Belo. O sr. Bispo-Conde abençoou essa união mística, fazendo todos os esforços para que a Arte religiosa, adquirindo o seu antigo esplendor, possa levantar a crença no espírito dos tíbios e dos cépticos.

Na restauração da vetusta Sé de Coimbra, na fundação do Museu de Arte Ornamental Religiosa, tem o sr. Bispo-

-Conde os pergaminhos da mais autêntica fidalguia e os seus sucessores, venerando a memória de D. João Galvão, com mais justiça se curvarão reverentes diante da obra do sr. D. Manuel Correia de Bastos Pina.

Não é só à posteridade que incumbe laurear o nome do actual prelado conimbricense. A geração presente não adia o cumprimento dos seus deveres e eu não duvido, acedendo aos rogos de um amigo, associar o meu nome a esta respeitosa e merecida homenagem. É insignificante o meu tributo, mas tem a valorizá-lo a sinceridade.»

Não desmerecem do conjunto da bela obra de Ramalho Ortigão, essas duas páginas esquecidas que aí ficam. Até para o estudo da evolução do seu pensamento elas são dignas de apreciação. Como ia longe já o panfletário do tomo V de '*As Farpas*'! Confessando que a Ciência não é irreconciliável com a Religião, o Escriitor abjurava dum dos mitos mais vulgarizados com que o Século XIX envenenara as mentalidades que se subordinavam ao seu clima espiritual. Pondo de parte essa e outras superstições, Ramalho Ortigão, reconciliando-se com as vozes ancestrais do Sangue e da História, e integrando-se no verdadeiro e eterno espírito científico, caminhava abertamente para a atitude intelectual com que ditaria as páginas inesquecíveis das '*Últimas Farpas*'.

OBRAS de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos

EDIÇÕES DE «OCIDENTE» E DA «REVISTA DE PORTUGAL»

«NOTAS VICENTINAS» — Tomo I — *Gil Vicente em Bruxelas*; Tomo II — *A Rainha Velha e o Monólogo do Vaqueiro — Romance à morte del-Rei D. Manuel e à aclamação de D. João III.* Tomos III/VII — *Cultura Intelectual e Nobreza Literária.* Tomo VIII — *Autos Portugueses de Gil Vicente e da Escola Vicentina.* Tomo IX — *Frontispício, Índices e Capa.*

O volume completo com 664 páginas e 22 *fac-símiles* — 150\$00.

«LIÇÕES DE FILOLOGIA» — 1 volume de 432 páginas — 80\$00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Ordem de Serviço de 20 de Novembro de 1944

Recomendo que nos documentos a expedir por este Ministério os diversos Institutos e Serviços sejam designados por extenso, preterindo-se o confuso e inexpressivo sistema das iniciais. No «Diário do Governo» nenhum diploma será publicado com aquela forma de abreviação. — CAEIRO DA MATA.



NOTAS DE ARTE

Por **DIOGO DE MACEDO**

A BOM ENTENDEADOR... Júlio de Castilho passou parte da vida a contar histórias. A propósito dos «Amores de Vieira Lusitano», conta-nos ele que, «levado dos seus ímpetos generosos, quis uma vez o cavalheiresco espírito de El-Rei D. Sebastião (quem sabe se impellido pelas justas lamentações do manuscrito de Francisco de Holanda) nobilitar os Pintores, e pareceu-lhe que não deviam arrolar-se os Artistas da palheta na bandeira plebeia de um mister, nem ser havidos no rol dos mecânicos. Pediu à Câmara consultasse no assunto; e que fez a Câmara? ainda eivada de preconceitos velhos, consultou que eram *mecânicos*. «Mecânico» um Grão Vasco e um Bento Coelho! um Avelar Rebelo e um Pedro Alexandrino!! um Sequeira e um Vieira Lusitano!!! Não acusemos contudo a Câmara; lamentemos que ainda no Século XVI, no XVII, no XVIII... estivesse tão baixo o nível intelectual no que respeita a coisas artísticas. A *burocracia* há-de ser sempre a mesma!»

Se Castilho fosse vivo, com igual mágoa diria que no Século XX a Câmara e os doutores, os burocratas e certos adeptos dos misteres da mecânica, continuam no mesmo baixo nível intelectual, de inculta noção no que respeita a coisas artísticas. Na realidade, em tal ambiente, ser Artista é um sacrifício de excepção! Por isso, Castilho também escreveu: «Em geral, nunca foram dotados os portugueses com a bossa artística muita acentuada; o que centuplica o mérito aos Artistas eminentes desabrochados em Portugal. Mais para espantos é o arbusto, que, semeado pelo acaso em algar abafadiço e pedregoso, ombreia com o tope do oiteiro, do que o cedro colossal, que brotou nos dorsos de uma serra, amimado de águas correntes, varrido de vento, fortalecido de bom sol, e chega quase a topetar com as nuvens».

CONTEMPLANDO O PORTO Francisco Vieira Júnior, que na nossa História de Arte se immortalizou com o nome de *Vieira Portuense* e foi «Primeiro Pintor da Câmara, e Côrte, e Lente da Academia de Desenho, e Pintura na Cidade do Porto», declarou numa oração de sapiência em Artes: «Assim como os materiais de hum edificio não o poderião formar, se não estivesse cada hum no seu lugar; assim as idéas não

representação bem huma passagem historica, se não estivessem distribuidas na composição do quadro, com sabia economia e reflexão magistral».

Este quadro, no seu dizer, tanto se poderia referir a uma tela de pintura como ao panorama político duma Nação. Sempre os Artistas portugueses, até uma certa altura do tempo não muito distante do presente, ao idealizarem e ao realizarem a sua obra, agiram sob uma pressão sentimental de superior política colectiva, sem qualquer prejuízo para a sensação individual de plásticos, força inicial e incondicional que actua no engenho, na vontade, na inspiração e, portanto, no destino da obra de cada Artista. Pertencendo qualquer acto histórico duma Nação à harmónica composição de ideias dum povo, cada individuo com o seu esforço e o seu poder, maiores ou menores mas em perfeito arranjo e de equivalente importância em relação ao facto total, deve proceder «com sábia economia», distribuindo as suas faculdades na acção com a «reflexão magistral» dum mestre em seu officio e em seu lugar, tal como capatazes maiores, que são na política os capitães do povo. Dessa harmonia colectiva depende o êxito da empresa.

Aconteceu isto com a corporação dos Artistas e de aí as comuns actividades de ideal terem dado a Portugal uma expressão na ordem architectónica, na proporção da Estatuária e na emoção da Pintura. E como no dizer do insigne Académico já citado, «a influência de qualquer Arte sobre a massa comum das ideias de um povo, calcula-se pelo número de conhecimentos úteis, que demanda o estudo daquela», o progresso artístico em Portugal deve-se à acção de mútuo entendimento entre os componentes da classe, havendo-se honrado ao gravar a História em gloriosos padrões. De Norte a Sul a mensagem da Arte devia, contudo, ter influenciado muito mais do que se verifica na cultura das massas populares. Todavia, no subconsciente do povo, a Arte tem sido benéfica para o brio nacional adentro de quantos sonhos e factos da Civilização que ambiciona.

Condicionando o propósito destas falas à colaboração dada pelos obreiros da Arte nascidos no Norte do País, à soberania absorvente da Capital, onde se glorificam, premeiam e reflectem por direito político os vários feitos illustres do génio nacional, recordemos os monumentos erguidos remotamente em terras de Entre-Douro e Minho e nas demais províncias que até às margens do Mondego foram os iniciais padrões da nossa Nacionalidade, os quais depois tiveram a máxima repercussão monumental em Alcobaça.

O contributo artístico dado, por exemplo, pela Cidade do Porto à glória da Nação, data de longe e está documentado nos Arquivos. A História nem sempre fixou o nome daqueles que deram colaboração nessa obra; mas no seu anonimato, sacrificio humano duma parte em favor dum todo patriótico e de fé, ela ficou eloquente na obra dos architectos e canteiros, dos ourives e ferreiros, dos pintores e imaginários, dos tecelões e ceramistas portuenses. Da Arte Românica à Barroca, esta em que o Norte de Portugal foi

esplendoroso exemplo de criação, lucrou a História com testemunhos de alto louvor. O Porto, em período aziago da nossa História, deu à Espanha, por infortúnio que ainda hoje pesa na nossa memória, o sangue dum seu cidadão, que em Sevilha foi frutificar no génio maravilhoso de Velasquez, cedendo assim ao Mundo inteiro uma parcela da glória que ele usufrui. Ao Porto — convém nunca esquecer-lo — deve ainda a Espanha igual fortuna com a emigração do Escultor Manuel Pereira, que, como aquele Pintor, foi ali considerado um dos maiores Artistas do Século XVII.

Só estes dois acontecimentos bastariam ao orgulho dos burgueses portuenses que se sacrificaram para darem a outrem dois grandes fidalgos em Arte, que, mau grado compreensíveis soberbas, também ficaram da nossa Grei e Nação.

Depois de Coimbra ter cedido à glória da Capital o génio do insigne barrista e Estatuário Machado de Castro, quis também o Porto contribuir em semelhantes honras com o seu patricio, cujas palavras serviram para abrir esta evocação, o magistral Pintor Vieira Portuense, émulo de Domingos Sequeira na nobre Arte que este professou nas duas cidades. Mestre com regalias de privilégio no Colégio Português de Belas Artes em Roma e premiado na Academia Romana de S. Lucas, sendo Académico efectivo da Régia Academia de Parma e depois altamente cotado nas Academias de Inglaterra, fora-lhe oferecida a direcção de Pintura no Palácio da Ajuda, transitando desta Escola Prática de Lisboa para a Academia de Desenho e de Pintura, no Porto, sua terra natal, até que foi falecer no Funchal, legando deste modo obra e memórias por toda a parte.

A Cidade da Virgem e das liberdades legislativas foi, como se vê, igualmente de bons Artistas e amigos de Belas Artes. Ali nascera Luís de Miranda e Meneses, mais tarde Visconde de Meneses, que em Roma e Lisboa foi Pintor de prima classe entre os demais Mestres românticos que seguiram as prédicas de ideais do Visconde de Almeida Garrett, também filho exemplar daquela leal cidade e renovador do Teatro Português.

Um caso típico e honroso destas contribuições foi o da criação das Academias de Belas Artes, com cursos de ensino e galerias de Pintura, da iniciativa dum político burguês e patriota, Manuel da Silva Passos, também nado e educado naquele antiquíssimo burgo, que deu o nome à Nação inteira. Das lições colhidas dos tempos do Rei D. João V e das imediatas do Marquês de Pombal e do Intendente Pina Manique, viera da beira Douro a Lisboa aquele político para decretar com a aprovação régia a fundação das referidas Academias que substituissem as extintas de Roma e as demais aulas de Arte dispersas em agonia pelo Reino. Deste modo, fora a Cidade do Porto que enviara à Capital um novo protector das Belas Artes e da Música e do Teatro e das Bibliotecas, com sentidos modernos e patrióticos, dos quais surgiu na Cidade do Tejo a primeira Galeria de Quadros, à imitação da que já existia no Porto, por ordem de D. Pedro IV. E de lá veio reger uma cadeira de Desenho o Pintor Joaquim Rafael, que em Lisboa colaborou no

impulso de especiais culturas de Arte, como competia ao que fora discípulo de Francisco Vieira.

O fruto daquelas instituições ainda hoje alimenta com excelentes proveitos quantos ao cultivo das Artes são afeitos. As Artes do Desenho, quando guiadas pela sabedoria e pelo instinto dum Professor como foi João António Correia, tornam-se tão úteis e brilhantes como as das Letras, que com as Ciências e a Moral representam universalmente a civilização dum povo; e quando ensinadas na direcção do Amor à Natureza, para por ele se atingirem Verdades Ideais, então competem em sublimidade com aquele que se venera pela Verdade de Jesus. O homem em seus progressos ainda não inventou nada que contradiga essa Verdade; e na Arte, a síntese da concepção de Vida topa permanentemente com o sentido daquelas profecias de sabedoria eterna. Quando o génio de Soares dos Reis, que do Classicismo ao Romantismo e do Naturalismo ao Idealismo alcançou o poder de expressar em formas puras a aspiração completa dum século, soube, ao findar num desânimo que feriu de luto toda a Nação, proclamar que era cristão e cria em Deus, mostrou em tão elevado Amor não renegar a própria obra.

Artistas e patriotas como estes merecem bem da Nação. Mas outros Pintores portuenses deram sério quinhão ao progresso das Artes. Silva Porto e Marques de Oliveira, para só citar iniciadores propagandistas de ideais, deixaram projectada a sua obra na nossa História Pátria. A seu par, em tarefas auxiliares dessa mesma História, ingrato seria deixar no olvido sábios que ditaram leis em matéria de Arte, como Joaquim de Vasconcelos e Sousa Viterbo, e mais tarde José de Figueiredo, que prosseguiram com fé e denodados combates a convicção expressa naquela criação académica do seu patricio Vieira Portuense, de que nada se pode construir com solidez sem perfeita distribuição de materiais e de ideias, cada qual em seu lugar e procedendo com sábia economia e reflexão de apuro. Assim não sendo, até a tradição derruiria e o orgulho dum povo seria ferido de morte.

Ninguém ousará neste sincero desejo de contribuir para a formação do edifício, acusar a Invicta Cidade do Porto de descuros ou falências de acção ou de espírito. Apenas um fim de justiça tem este memorial rápido dum exilado, que ora dele se lembra nem sabe bem porquê. Evocar não será também auxílio? E quem nos nega que a Saudade seja um remorso da justiça ou um apoio construtivo de desejos para que se repitam os motivos da evocação? Pela nossa parte, sempre que falamos do passado, guia-nos mais a vontade de apresentar estímulos aos esquecidos, do que, sentimentalmente, mexer nas relíquias de campas sagradas.

Já repararam os Portugueses em que apenas no chão do Porto até hoje se ergueu ao céu uma torre sem ser de guerra, uma esguia e brincada torre de Arte e de paz, dizendo das ansiedades deste povo, construída com solidez em perfeita distribuição de materiais, de ideias e com reflexão magistral? Bem fariam os Portuenses em juntar ao seu timbre esta imagem de Arte e de Fé.

OUTRO ARTISTA ANGOLANO Em Luanda, exercendo a profissão de guarda-livros, depois de ter sido oficial da secretaria do Governo Geral de Angola, vivia António José Pereira de Lacerda, natural da freguesia de S. João do Souto, de Braga, que era também meticoloso desenhista e admirado calígrafo. Por tentações tão naturais naquelas terras, houvera ele um filho duma dama africana e luandesa, de nome Carolina, que viria a ser artista guiado por seu pai. Nascera em Luanda, em 1877, e ali falecera, tuberculoso, com 36 anos de idade, em 22 de Julho de 1913, sendo então funcionário do Caminho de Ferro de Ambaca, na especialidade de desenhador. Júlio se chamara e por apelido era Ferreira de Lacerda.

No extinto edifício da Câmara Municipal de Luanda, houvera uma festa em 8 de Maio de 1892, em homenagem ao Poeta João de Deus, do qual se inaugurou um retrato desenhado a lápis e fora obra daquele imberbe mestiço, que contava apenas 15 anos de idade. O autor glorioso do *'Campo de Flores'* recebera em Lisboa uma cópia da acta daquela festa, onde se relatava o prodígio. Mas muito antes desta prova pública dos seus predicados artísticos, já ele aos 7 anos desenhara instrumentos para a Banda Musical de Caçadores 2, bem como retratos de pessoas amigas da família, reproduzindo de fotografia outros retratos de notabilidades, como Vítor Hugo, Antero de Quental, El-Rei D. Carlos, o Bispo de Angola e Congo — D. António Tomás da Silva Leitão — e o Conselheiro Governador Geral de Angola — Guilherme Augusto de Brito Capelo, ensaiando a pintura a óleo e esta sem mestre. Seu pai, reconhecendo-lhe as virtudes, quis dar-lhe outras aptidões e entregou-o aos cuidados dum sacerdote católico, o P.^e Carlos Wunemburger, competente em muitas missões e na de desenho e de pintura que aprendera na Europa.

Em certa altura foi decidido oficialmente mandá-lo a Lisboa com uma bolsa de estudos. Júlio Ferreira de Lacerda, porém, pegara-se de amores com uma patrícia, fazendo-lhe versos e de tal modo sinceros e perturbantes, que com ela casou e já não quis atravessar os mares. Esses versos e alguns desenhos seus, retratos e vinhetas, foram publicados na revista local, *'Luz e Crença'*, impressa em Lisboa e que formou dois volumes.

Deste Artista, assim como doutro mais moderno que por Luanda arrasta talento, Roberto Silva, e doutro que veio à Metrópole e por cá anda conquistando experiências, Neves e Sousa, possui o Museu de Arte Contemporânea alguns documentos dos seus dons. De Júlio de Lacerda arquivava um dos tais «retratos de notabilidades», cremos que de Napoleão, pintado a óleo numa tábua do tamanho duma mão.

No tecto do salão de festas do antigo Clube Naval de Luanda, encontra-se uma grande tela a óleo, de sua autoria, e, segundo nos informou o amável fornecedor desta notícia, Júlio de Castro Lopo, outras pinturas por lá se estragam ao Deus dará, enquanto o Museu projectado quando ali fomos com esse fim, por vontade ministerial, não for uma realidade.

GABRIEL Não pára a ronda dos lutos. O destino faz a sua
CONSTANTE escolha no mais inesperado das lógicas, que o en-
tendimento humano ignora. Desta vez foi o sim-
pático e bondoso velhinho, Gabriel Mateus Constante, alto e entron-
cado como um roble, de falas doces e modestas, e com um sorriso
de resignação a perdoar a cegueira que o andava ferindo lenta-
mente. A sua obra de vivacidade emotiva, num colorido fino mais
próprio de mocidade do que de Artista reconciliado com a velhice,
denunciava a bondade do seu coração e a delicadeza do seu espírito.
Que pintasse uma marinha ou uma braçada de flores, uma paisa-
gem ou um cesto com frutos, sempre a sua visão era cantante e de
meiguice, dando brilhos de esmalte aos seres e luminosidades aos
panoramas.

Tínhamo-lo na conta do melhor continuador do marinheiro
João Vaz, seu professor. O Tejo, com o capricho das suas luzes e
com o pitoresco tráfego ribeirinho, perturbava-o para nele colher
originais quadros de névoas e de notas muito sentidas por quem
nascera à sua beira, nos baixios do Seixal. Fica o Tejo desamparado
de mais um Poeta — tão poucos Pintores o amam como ele o amou
— e a Arte Portuguesa dum cultor probo, sensível e cioso da tra-
dição naturalista em que fora educado. A colectividade fica igual-
mente abandonada dum camarada honesto, reconciliador e sempre
justo nos seus actos.

OBRAS DE DIOGO DE MACEDO

EDITADAS PELA REVISTA 'OCIDENTE'

'ALGUMAS OBRAS DE ARTE PORTUGUESA' — Álbum n.º 1, com 32 estampas	30\$00
'SOARES DOS REIS' — com 25 ilustrações — 1 volume de 128 páginas	15\$00
'JOÃO JOSÉ DE AGUIAR' — com 18 ilustrações — 1 volume de 96 páginas	15\$00
'A ESCULTURA EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XVII E XVIII' — com 50 ilustrações — 1 volume de 136 páginas —	40\$00 e 60\$00

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

«Tendo verificado que, em contravenção das regras ortográficas oficial-
mente aprovadas, se continua a fazer uso das respectivas iniciais, sem qual-
quer pontuação, para referência dos Serviços dos Correios, Telégrafos e Tele-
fones; sendo necessário, a bem da Língua Portuguesa, evitar este e outros
atropelos; lembra-se: a) que todos os Serviços e Organismos devem ser desi-
gnados por extenso evitando-se a referência às iniciais das suas denominações;
b) que nos casos em que excepcionalmente se tenham de indicar esses Serviços
ou Organismos pelas iniciais devem estas ser seguidas da indispensável pon-
tuação. 20 de Maio de 1947». — O Subsecretário — RUI DE SÁ CARNEIRO.



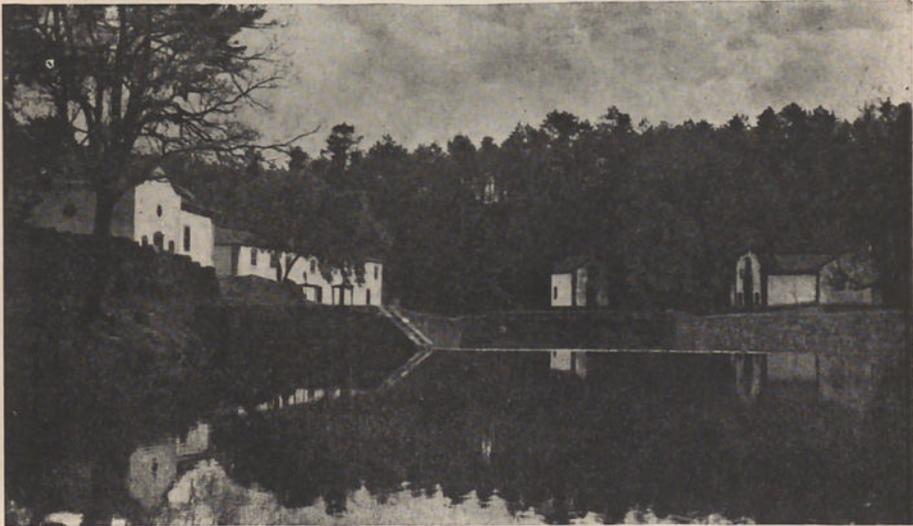
Brasão dos Magalhães Bastos



Medalha de D. Miguel I



*Casa de Francisco Ribeiro Nobre, em Valesim,
onde é tradição haver-se refugiado o General Póvoas*



Serra da Estrela — Senhora do Desterro



VENDEDEIRA DE HORTALIÇA
Cena Campestre

(MUSEU NACIONAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA)

de JOAQUIM ANTÓNIO MARQUES

(DO N.º 7 DA 1.ª SÉRIE DA COLEÇÃO «MUSEUM»—
«ACADÉMICOS E ROMÂNTICOS — A FUNDAÇÃO», COM
INTRODUÇÃO DE DIOGO DE MACEDO).

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

Em 30 de Março, cantou-se para despedida de Maria Caniglia uma das suas coroas de glória, a *Adriana Lecouvreur*, de Cilea, e no mês de Abril todas as óperas foram também de autores italianos, excepto o *Fausto*, de Gounod.

Assim ouviram-se a *Cavalleria Rusticana*, de Mascagni e *Os Palhaços*, de Leoncavallo, em vespéral (não insistam no francesismo *matinée*); o *André Chénier*, de Giordano, em que Edgar Duarte de Almeida se revelou um esplêndido barítono; a majestosa Oratória de Rossini *Stabat Mater* e três óperas de Verdi: *Falstaff*, *Rigoletto* e *Traviata*, com a participação dos cantores portugueses Kjölner, Ana Blanch e Maria Justina Pereira.

No *Fausto*, que constituiu grande e admirável novidade para a maior parte dos frequentadores do São Carlos e que acompanha muito melhor o imortal Poema de Goethe do que o *Mefistófeles*, de Boito, cantou ainda uma portuguesa: *La Salette* de Carvalho.

Referimo-nos já aos distintos Artistas estrangeiros trazidos ao nosso primeiro Teatro. Apresentaram-se, certamente, melhor que os nossos, porque há alguns anos não fazem mais que cantar Ópera. Criemos a nossa Companhia privativa, para a qual já temos Orquestra, regentes e coros, e os cantores portugueses subirão à mesma altura dos outros, se, para melhor exibição de suas qualidades, lhes fornecerem libretos portugueses das óperas que hajam de cantar, como se faz em todos os outros países.

O fecho da temporada, que foi brilhante e bem conduzida, efectuou-se com uma velha Ópera de estilo bem diverso de todas as outras e cantada apenas por Artistas portugueses. Para falar dela, deles e do plano duma Companhia portuguesa de Ópera, damos a palavra ao insigne Cantor-mor da *Polyphonia*:

NO RESCALDO DA TEMPORADA

A temporada lírica italiana de 1950 caracterizou-se pela avultada cooperação de cantores portugueses, motivada, ao que ouvi dizer, pelas reclamações que alguns deles fizeram chegar ao senhor Ministro da Educação Nacional.

Quando se anunciou a temporada muitas pessoas discordaram da latitude dada a tal participação, porque, em seu entender, a actuação dos cantores portugueses iria prejudicar a das grandes celebridades líricas, com quem tinham de contracenar e com quem não poderiam ter a veleidade de competir.

Tal opinião, que poderia defender-se à luz de um critério estético de extrema subtilidade, ao que parece, reflectia (na maioria dos casos) apenas certo receio de o dinheiro pedido para fazer a assinatura não frutificar tanto como desejariam...

Eu também discordei, mas as razões da minha discordância foram diametralmente opostas.

Não achei bem que fossem excluídos certos valores reais (como Tomás Alcaide e Maria Amélia Duarte de Almeida) e não encontrei para o facto explicação plausível, a menos que a opposição tenha partido dos próprios Italianos, que poderiam ter razões para isso em relação a vários dos componentes do elenco...

Por outro lado entendi sempre que a actuação simultânea de estreantes ou de cantores de fraca experiência com os grandes ases só é prejudicial, por via de regra, aos novos porque a sua inexperiência e o compreensível nervosismo militam contra eles e contribuem para avolumar as naturais desvantagens. As grandes celebridades (mesmo quando não se esforçam por «enterrar» os cantores novatos) só muito raramente têm que os temer, pois os astros de primeira grandeza não aparecem senão de longe em longe. Mas se o novato conseguir aguentar-se em confronto com elas, é de ver que faria um vistazo (e talvez mesmo alcançasse triunfo retumbante) se contracenasse com artistas que não ultrapassassem a carreira normal.

Estas razões me levaram a discordar, sem que a discordância envolvesse desprimor para quem quer que fosse.

A temporada fechou com a representação do *Matrimónio Secreto*, todo desempenhado por cantores portugueses, alguns dos quais estreantes.

A meu ver este espectáculo foi o de maior importância de todos, porque foi o único em que se serviu a causa da Ópera em Portugal.

Julgo-me, até, na obrigação de apresentar em público o meu agradecimento a quem o tornou possível — desde o Senhor Ministro da Educação Nacional, que autorizou a realização, e o maestro Pellegrini, que o pôs em pé, até os cantores que tanto se esforçaram por cumprir e o maestro Jaime Silva, que levou a sua devoção a extremos invulgares.

Só foi pena que se não repetisse, pois iria melhor no dia seguinte. Mas, a despeito das naturais hesitações (a maioria dos intérpretes era estreante na Ópera e o público quase que o era no género, a bem dizer desconhecido entre nós) ficou bem patente que pode haver novos valores, ponto é que se estimulem e se lhes dê aso a aparecerem.

Assim como fizeram o *Matrimónio Secreto*, podiam ter feito os *Pescadores de pérolas*, e nesta Ópera seria natural que houvesse menos indecisões porque cada um dos intérpretes já a tinha visto fazer por Mestres, o que não se deve ter dado em relação à obra-prima de Cimarosa.

Os cantores cujas possibilidades agora foram postas à prova, e mais os já conhecidos e consagrados, podem constituir um elenco apto a cantar certas Óperas italianas e a dar-nos uma série de espectáculos baratos (com preços mais baixos que os fixados para o do *Matrimónio*), mas não rotulados de «culturais», antes como exhibição corrente e normal de uma companhia portuguesa de Ópera,

que não é a mesma coisa que uma companhia de Ópera Portuguesa.

A realização de uma série consecutiva de espectáculos atrairia o público, sem o qual os cantores não poderão trabalhar, nem viver.

De outro modo será inútil, pois nem os cantores poderão dedicar-se à Arte (e aperfeiçoarem-se) para só cantarem um dia na roda do ano, no rescaldo de actuações mais ou menos famosas, nem o público se chegará a aperceber do facto se a actuação for tão fugaz como a dos meteoros.

Foi uma grande lição o espectáculo do *Matrimónio Secreto*.

Aqueles mesmos cantores devem poder cantar *O Elixir de Amor*, o *D. Pascoal*, a *Sonâmbula* e *Puritãos* e se a seu par constituíssemos outro elenco — em que poderiam entrar Tomás Alcaide, os irmãos Duarte de Almeida, Elsa Penchi, Maria Teresa de Almeida e mais alguns ainda — poder-se-iam cantar *A Boémia*, *Fausto*, *Tosca*, numa palavra: repertório mais que suficiente para um mês de temporada, com a cooperação do coro do Teatro e das alunas de D. Margarida de Abreu.

Hão-de concordar que não seria mau para começar.

É claro que o grande público — aquele que desdenha dar palmas às coisas melhores — talvez não se dignasse aparecer, confirmando retumbantemente a opinião dos que apregoam a irremediável caquexia das chamadas *élites*, mas é natural que se criasse outro, cheio de entusiasmo e de carinho pela obra... de que estamos tão necessitados como de pão para a boca.

Porque se não envereda por este caminho, aliás o único possível a bem da Nação e da prática da Música?

Não sei, mas não posso crer que seja intencionalmente.

Talvez ninguém se tenha lembrado dele.

Todavia... se não se trilhar, mergulharemos no atoleiro dos *déficits* sucessivos, o que acarretará a perda de tudo, incluindo o excelente coro do Teatro de S. Carlos, admirável possibilidade musical que nunca havíamos tido.

E quando tal suceder só nos restará uma coisa: pôr os taipais.

MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO

OBRAS DE EZEQUIEL DE CAMPOS

editadas pela revista 'OCIDENTE'

'O ENQUADRAMENTO GEO-ECONÓMICO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA' — 1 volume de 312 páginas com numerosos mapas e gráficos (2. ^a edição)	50\$00
'PROBLEMAS FUNDAMENTAIS PORTUGUESES' — 1 volume de 232 páginas, com bastantes mapas e gráficos	30\$00



CONSULTÓRIO LINGUÍSTICO

Por AUGUSTO MORENO

1) Sei que a composição de vocábulos, assim como a derivação, pode em Português fazer-se por via popular e por via erudita. Interessando-me particularmente esta última via, desejava saber em primeiro lugar as regras dessa composição. Quer ter a bondade de me elucidar sobre elas? — A. B. M.

R. — Não me custa nada, porque, além do mais, o capítulo é interessante.

Esses compostos, de uso frequente nas letras, ciências e artes, são principalmente uns de origem latina e outros de origem grega.

O primeiro elemento de tais vocábulos pode ser um tema destituído de desinências casuais, ou então uma simples partícula.

Neste último caso, a partícula é inseparável e funciona como prefixo, quando o não seja pròpriamente.

Tratando-se, porém, de compostos cujo primeiro elemento seja um tema, nos de origem latina, tal primeiro elemento termina geralmente em *i*, quer ele corresponda a tema em *a*, quer a tema em *o*, quer a tema em *i*. Assim, baseado o primeiro termo nos temas em *a*, *lana-* e *causa-*, por exemplo, temos LANIfício e CAUSÍdico; baseado nos temas em *o*, *puero-* e *agro-*, suponhamos, PUERICultura e AGRICultor; baseado nos temas em *i*, *igni-* e *viti-*, façamos de conta, IGNIfero e VITICultura.

De maneira que, terminado o tema em *i*, a vogal característica conserva-se, e terminado em *a* ou *o*, mudam geralmente estas vogais para *i*. Contudo, antes de labial, o primeiro elemento também pode terminar em *u*. Assim, do tema *loco-*, LOCUpletar-se.

Quando o primeiro elemento corresponda a tema em *u*, umas vezes conserva-se esta vogal, como em CORNUcópia e MANUscrito, dos temas *cornu-* e *manu-*, respectivamente, outras vezes muda-a em *i*, como em CORNIgero e FRUITífero, dos temas *cornu-* e *fructu-*, também por sua ordem.

Se os temas forem em consoante e entrarem como primeiro elemento de composição, os compostos tomam a vogal de ligação *i* entre os dois elementos componentes. Assim, REG-*i*-cídio e JUR-*i*-dico, dos temas *reg-* e *jur-*.

Tratando-se de numerais prefixados nos compostos, terminam eles por *i*, quando correspondam a qualquer dos três primeiros, como pode ver-se em UNIPessoal, BIMestre e TRILátero. Mas, quanto ao quarto, tanto reveste a forma *quadri-*, exemplo em QUADRILátero, como a forma *quadru-*, *verbi gratia* em QUADRÓmano.

Ocorrendo os numerais *decem*, *centum* e *mille* no primeiro elemento dos compostos, eles, a par de as formas próprias, revestem também, o primeiro as de *deci-* e *decu-*, o segundo as de *centi-* e *centu-*, e o terceiro a de *mili-*, como pode ver-se em DECÊNviro, DECÍmetro e DÉCuplo; CENTÚnviro, CENTÍmetro e CÊNTUplo; MILEfólio e MILÍmetro.

Por via de regra, elide-se a vogal final do primeiro elemento, quando o segundo começa por vogal: QUADRangular, FUNâmbulo, etc.

E às vezes o primeiro termo reduz-se a um simples elemento ou parte do tema, como em HOMIcídio, em que do tema *homen-* só fica *hom-*, e SANGUISedento, em que do tema *sanguen-* não se conserva mais que *sangu-*, visto o *i* ser vogal de ligação.

Se os compostos forem de origem grega, à respectiva língua, mercê da sua riqueza e flexibilidade, de preferência se recorre na formação dos termos de nomenclatura científica.

Neste domínio, têm hoje os estudiosos dois guias magníficos, a que podem recorrer com toda a confiança nos livros do distinto Filólogo sr. Dr. José Inês Louro, intitulados 'O Grego Aplicado à Linguagem Científica...' e 'Questões de Linguagem Técnica e Geral'.

Entretanto, e a traços largos, aqui têm eles o que de início deve no ponto observar-se:

a) Se o primeiro elemento se baseia num tema nominal da 1.^a declinação (terminado em *a*), muda-se em *-o* a vogal característica desse tema.

Assim, *COROGrafia*, do tema *chora-*, *TECNologia*, do tema *techna-*, em que o *ch* corresponde em Português a *c=k*.

b) Se o primeiro elemento é um tema nominal da 2.^a declinação (terminado em *-o*), junta-se-lhe o segundo sem alteração. Assim, *ANTROPOgrafia*, do tema *ánthropo-*, *AGRONomia*, do tema *agro-*.

c) Se o primeiro elemento é um tema nominal da 3.^a declinação (terminado em consoante ou nas letras correspondentes a *i* ou *y*), toma-se entre ele e o segundo a vogal de ligação *-o*. Assim, *RINologia*, do tema *rhin*, *ODONTologia*, do tema *odont-*, *OFIOgrafia*, do tema *ophi-*, *ICTIologia*, do tema *ichthy-*, em que o *ch* também corresponde a *c=k*.

d) Se o primeiro elemento é um tema verbal, junta-se-lhe o segundo mediante uma vogal de ligação, que pode ser *-o-*, mas também *-e-* ou *-i-*. Assim, do tema verbal *arch-* (de *archein*, mandar começar) formaram-se *ARCHétipo*, *ARCHidiocese* (hoje *arquétipo*, *arquidiocese*), e do tema verbal *phil(e)*, (de *philein*, amar), formou-se *PHILósopho* (hoje *filósofo*).

e) Se o primeiro elemento for um nominativo, usa-se umas vezes sem modificação, outras vezes brevemente alterado pela queda da consoante final ou pela adjução de um *-o-* ou *-i-* como vogal de ligação, a par não raro de outras formas. Assim, *fósforo*, do nominativo *phos*, sem modificação, a par de *FOTografia*, do tema *phot-*, seguido de um *-o-* de ligação; *BARômetro*, do nominativo *baros*, com a queda do *-s* casual; *OXÍtono*, do nominativo *oxys*, também com a queda do *-s* terminal; *HEMORragia*, do nominativo *haim(a)-*, levemente modificado e seguido de um *-o-* de ligação, a par de *HEMATologia*, já baseado no tema *haimat-*, seguido da mesma vogal conectiva; *NEFELÍbata*, mais usual *nefelibata*, do tema *nephel(a)*, seguido de um *-i-* de ligação.

f) Se o segundo elemento começar por vogal, o primeiro perde por via de regra a vogal final. Assim, *FÍLantropia*, de *phile+ánthropos*, e em que o primeiro elemento perde o *e* final; *PEDagogo*, de *paido+agogos*, e em que o primeiro elemento, levemente modificado, perde também a vogal final.

É em virtude deste último princípio que se deve escrever, por exemplo, *zoematina* e *zoética*, em vez de *zoematina* e *zoética*, como se vê às vezes em autores menos avisados.

O segundo elemento dos compostos eruditos, quer de origem latina, quer de origem grega, conserva em geral a forma que lhe é peculiar. Não obstante, em alguns de origem latina, cujo segundo elemento é um nome de tema em *-a* ou *-u-*, qualquer destas vogais é substituída por um *i*, a que corresponde *-e* em Português. Assim, com base em *arma*, *forma*, *cornu*, formaram-se *in-erm-i-s*, donde *inerm*, *de-form-i-s*, donde *deforme*, *bi-corn-i-s*, donde *bicorne*, etc.

Tratando-se de compostos de outra origem, muitos formam-se à maneira dos de origem grega, como pode notar-se em *anglo-luso*, *luso-árabe*, *russo-japones*, etc.

2) Pode dar-me exemplo de palavras em que as consoantes *m*, *n*, *l*, *nh* e *lh*, principalmente as três primeiras, sejam contínuas? É que há gramáticas que as classificam assim. — L. M. V.

R. — Em que entrem como tais as consoantes *m*, *n* e o grupo *nh*, não posso, porque as não conheço. Em nenhum dos foneticistas do meu conhecimento, desde Roudet, Fouché, Niedermann até Gonçalves Viana e Rodrigo de Sá Nogueira, encontro esses três fonemas no grupo das *constritivas* ou *contínuas*, mas, pelo contrário, no das *oclusivas* ou *explosivas*.

O *l* e o *lh*, sim.

No trabalho mais recente que conheço sobre o assunto — '*Elementos para um Tratado de Fonética Portuguesa*' — do último dos foneticistas citados, estes dois fonemas pertencem ao subgrupo das *laterais*: o *l* inicial, como o da palavra *lado*, é *apicodental*; o que fecha sílaba, como os das palavras *alto* e *caldo*, é *apicoalveolar*; o *lh*, como o da palavra *palha*, é *dorsopalatal*.

Quanto aos outros três fonemas, entram todos no grupo das *oclusivas nasais*: o *m* das palavras *pompa* e *bomba* como *bilabial*; o *n* das palavras *tanto* e *dando* como *apicodental*; o mesmo *n* das palavras *cancro* e *ganga* como *dorsovelar*; o *nh* da palavra *banha* como *dorsopalatal*.

Faz-se notar ainda na obra a que me refiro que o *l* de *lado* e o de *caldo* são *sonoros*; o de *alto*, *surdo*; o *lh* de *palha*, *sonoro*; o *m* de *pompa*, *surdo*; o de *bomba*, *sonoro*; o *n* de *tanto*, *surdo*; o de *dando*, *sonoro*; o de *cancro*, *surdo*; o de *ganga*, *sonoro*; o *nh* de *banha*, também *sonoro*.

As razões de *surdez* ou *sonoridade* devem procurar-se na *surdez* ou *sonoridade* do fonema vizinho, que exerce a sua influência de contiguidade no anterior: a vizinhança da surda ensurdece; a da sonora sonoriza.

Donde se conclui que até na Fonética são perniciosas as más companhias!

3) O nome predicativo do complemento directo faz parte do predicado, tal como o nome predicativo do sujeito? Parece-me isso razoável, mas nenhuma Gramática o afirma. Na frase seguinte: *Fizeram-no prisioneiro* — o predicado é tudo o que vai em itálico?

R. — É, sim, minha senhora. E nem ao nome competiria a designação de *predicativo*, se não entrasse no *predicado*.

O serem neste ponto omissas todas as Gramáticas é um mal, mas não irremediável, quando a gente meta, como V. Ex.^a faz, a inteligência na resolução destas coisas. — Por mim, também nunca deixo de a meter, e tenho feito muita gramática por minha conta e risco, quer substituindo diversos termos de nomenclatura, quer invocando muitos pontos de doutrina. A criação, por exemplo, da conjunção *se* substitutiva é minha, e o descobrimento do advérbio como antecedente do relativo também me pertence. Nos exercícios de *Análise* na '*Educação Nacional*' e nos meus livros sobre o assunto, o último ainda do ano passado, poderá verificar-se que eu nunca deixo o citado nome predicativo fora do predicado.

Há verbos que, sem embargo de serem transitivos, se não são de significação inteiramente *indefinida*, são, pelo menos, de significação *mal definida*.

Ora, quer um verbo de significação *indefinida*, quer outro de significação *mal definida*, não podem sòzinhos constituir o predicado de uma oração. Ficam sendo parte componente dele, e para que essa parte essencial da proposição se constitua é preciso que a tais verbos se junte aquilo que os *determine* ou que acabe de *bem os determinar*.

No exemplo apresentado, a palavra *prisioneiro* é a que principalmente *define* e *caracteriza a afirmação*. Com efeito, «*fizeram prisioneiro*», corresponde a «*aprisionaram*», e é esta a ideia predicativa, que não a de *fazer*, no sentido de *formar, construir, fabricar, etc.*

A ideia de *predicado* em gramática tem extensão que não comporta na linguagem vulgar, onde significa principalmente *qualidade pessoal*. Em gramática e em referência a uma proposição, *predicado* é tudo o mais que não seja sujeito, nem determinante deste termo. Por isso, autores modernos, especialmente brasileiros, incluem no predicado de uma oração, não só o nome predicativo do sujeito ou o do complemento directo, mas, pelo menos, também todos os complementos essenciais do verbo, e digo *pelo menos*, porque não falta quem meta igualmente nesse termo da proposição tanto os *essenciais* como os *não essenciais*.

Entre nós, a ideia de predicado gramatical e mesmo a de predicado lógico, têm andado consideradas muito restritamente. Alargue-se-lhe o campo.

Porto — Rua da Maternidade, 80.



BIBLIOGRAFIA

LIVROS PORTUGUESES — X

VERSO

Só Poetas podem realizar a verdadeira e válida Crítica da Poesia. Não todos, certamente, pois a muitos falta (o que também se manifesta em seus poemas, prejudicando-os) uma parte do que constitui a personalidade perfeita dos Poetas integrais, grandes ou menores, o espírito crítico e a consciência da sua Arte. Outros, com essas qualidades inatas, não podem, não sabem ou, indesculpavelmente, não querem desenvolvê-las com o estudo atento, a meditação leal, o compreensivo amor e a riqueza de uma verdadeira cultura literária.

Tudo isto, eu sei, representa a negação de certas doutrinas de *primarismo* que reduzem a Poesia a uma notação espontânea do inconsciente. Mas a Poesia, a humana, sagrada e quase divina Poesia, é coisa muito diversa e muito mais complexa, profunda e alta do que a imagem, deformada e mesquinha, que dela nos dão essas doutrinas modernas para uso e abuso dos plebeus do espírito.

Muito ganhará, por isto, um Poeta verdadeiro em procurar ser integralmente Poeta, expressão esta significando precisamente o contrário de alguns lugares comuns, unilaterais e simplistas, sobre a qualidade, tão complexa e tão vária, de Poeta. Integral Poeta será, além de muito mais, aquele a quem a Cultura serve a inspiração e a quem a Arte adequada à matéria verbal da Poesia e sua ciência e consciência ajudam o poder criador. Dentro das possibilidades naturais do seu engenho, dádiva Divina, o Poeta integral subirá sempre mais alto do que um simples inspirado sem Arte nem Cultura.

Um dos principais objectivos destas notas críticas é precisamente o de mostrar esta verdade eterna, o valor da Arte e da Cultura, a quantos Poetas novos desejem ouvir uma voz sincera de camarada mais velho.

A ninguém, jamais, darei conselhos de obediência a um estilo, de não motivada adopção de uma forma, de aceitação fácil de uma regra de beleza ou de um processo de realização. Poesia só existe se há criação pessoal e sincera, e aqueles conselhos poderiam contrariá-la, e em grande parte o fizeram em certas épocas da Literatura. Mas não tem sido menos prejudicial a convicção de que não existem leis próprias e permanentes da Arte Poética. Mais ainda que a cega obediência (por insuficiente meditação do seu valor e qualidade) à aparente rigidez e nefasta limitação dessas leis, pode o seu desconhecimento ou recusa prejudicar o engenho de um Poeta e a própria liberdade e personalismo da sua inspiração. Só o conhecimento perfeito da sua Arte permite a livre e pessoal criação de qualquer Artista. E a Arte Poética, a mais complexa de todas, é também a que, pessoalmente aprendida e compreendida, e intimamente *realizada*, mais liberdade permite à inspiração e mais eleva os dons naturais do criador.

Tudo isto anda muito esquecido, com grande prejuízo para os que iniciam a difícil mas bela, árdua mas gloriosa carreira de Poetas. E a culpa é, principalmente, dos Poetas já seguros da sua Arte, que, por indiferença ou por *táctica literária* elouvaminha para com os novos, hesitam em lhes falar claro e lealmente, com a franqueza e a camaradagem de irmãos mais velhos e os conselhos leais da sua experiência.

É mais fácil e proveitoso, bem o sei, escrever algumas frases de louvor sem consequência nem compromisso de uma opinião crítica. É de melhor tática deixar exclusivamente aos novos a função de julgadores, procurando captar-lhes as simpatias. Mais fácil e de melhor tática mas não leal nem digno do culto que devemos à Poesia. Este exige que demos aos novos, com a crítica, verdadeira e sincera, das suas obras, uma ajuda que, se por vezes não é necessária, outras e mais vezes o será.



Dedicarei as presentes notas críticas a Poetas novos, da geração de 1940 e da que só agora começa a manifestar-se, a alguns mesmo cuja verdadeira e válida realização futura é ainda incerta.

É este o caso, por extrema juventude e natural insegurança das suas qualidades, já perceptíveis, do livro de

MARIA ONDINA — 'O Meu Sentir' — Braga — 1949.

A modéstia, a quase infantil confiança, com que nesta primeira obra se nos oferece uma alma em seus mais dolorosos ou ternos sentimentos, será, talvez, motivo de desinteresse para uns e de excessivo entusiasmo para outros. Para mim é um motivo de natural simpatia que não exclui a lucidez crítica e aumenta o desejo de compreender os possíveis caminhos de engrandecimento desta alma e sua realização em Poesia.

Esse engrandecimento não é a felicidade pura dos corações simples. Exige demasiado, em experiência, própria e dolorosa, do trágico e heróico destino humano, para ser de aconselhar às almas fracas. Para estas é preferível a satisfação de dizerem, com mais ou menos Arte, o que todos sentem e pensam. Mas a Poesia verdadeira nasce de uma experiência pessoal e única e traduz-se numa nova mensagem que ninguém mais poderá dizer.

Por algumas das suas composições, embora ainda imperfeitas, creio Maria Ondina capaz de viver a grandeza e de nos dar a sua própria mensagem de Poesia. Para isto, e de par com a aquisição de uma Arte segura do verso e por ela ajudada, terá de seguir um longo caminho, árduo mas belo, de aprofundamento espiritual. Terá de recusar o sentimento fácil para atingir o sentimento profundo. Não viver os sentimentos simples de mera convenção mas aqueles só que resultem de uma certeza alcançada na complexidade e a luta de uma verdadeira vida espiritual. Aprofundar tanto os sentimentos mais naturais que eles se elevem à grandeza de um pensamento poético.

A grande maioria das composições deste livro está longe de tudo isto. Algumas, porém, revelam-nos já uma verdadeira alma de Poeta e constituem, isoladas do restante e na sua progressão natural (que é a da ordem, embora interrompida, que têm no livro), um drama espiritual sinceramente vivido ainda que não perfeitamente expresso.

É primeiro o acordar da ilusão para a Poesia, e a dor e a tristeza, nas «Horas de Sombra», e a «Lamentação» dessa dor que se dirige a Deus com estes humanos e, por isso, belos versos: «Porque Te esqueces Tu de quem é pobre, / De quem a própria desnudez encobre / Com trapos rotos de esperar e crer?»

É, depois, uma natural aceitação dessa dor («Coisas Minhas») e a «Renovação» da alma através do seu sofrimento. A hesitação, por fim, entre um sonho de amor («Alma com Alma» e «O Meu Acolhimento») e o sonho de renúncia e de regresso à pura noite da infância, «A Noite» «virgem, sem mancha de pecado».

Por natural correspondência entre a Poesia vivida e a Arte, é também neste pequeno *poema* que se encontram os versos com real beleza deste livro. Mais trabalhado, polidas as arestas, eliminados alguns versos inúteis, seria mesmo este um *poema* digno de perdurar na obra futura que devemos exigir da Autora. Parece-me que é ele e o seu drama o que indica o possível caminho da pessoal grandeza a esta Poetisa. Assim ela o possa aprofundar e queira servir com uma Arte segura, adquirida na leitura dos grandes Poetas e na meditação das leis eternas da música dos versos, a mais bela e a que menos admite imperfeições.

Muito diferente é a apresentação que nos é feita do livro de:

MARIA DA GRAÇA VARELA CID — 'Éxtase' — Lisboa — 1949.

Porque desejo a grandeza futura, absolutamente possível, desta alma de Poeta, não entro no coro dos elogios (e que elogios, alguns deles, Pai do Céu!) transcritos no fim deste volume. Recuso o fingido ou real, mas neste caso inconcebível, espanto sobre este caso de precocidade. Tento ajudar, com uma crítica sincera e lúcida, quem, de facto, por seus dons já revelados, a merece. Capaz, como creio, de uma futura realização profunda na Poesia, há-de agradecer, ao alcançá-la, a quem hoje lhe aponta um caminho de esforço e de aprofundamento espiritual e não o comprazimento na precocidade e satisfação do que é ainda (e muito naturalmente) imperfeito, nos seus versos. E será realmente o seu caso um *prodígio* de precocidade?

Felizmente para ela, não é. Prodígio de precocidade foi, este sim, o caso de Arthur Rimbaud. E, por isso, quando a sua grandeza mais se deveria afirmar, ele morreu para a Poesia e para todo o esforço intelectual.

Não desejo esse destino atroz a nenhum Poeta. Não o temo neste caso de real precocidade, por ser a natural entre os Poetas destinados à realização de uma grande obra. A única diferença poderia ser a maior segurança na execução meramente formal. Mas nem isto é único, nem difícil de conseguir com um trabalho regular, nem, talvez vantajoso.

Por isto mesmo é que só secundariamente interessa a relativa segurança de construção dos nove sonetos incluídos neste livro. Perfeito nenhum deles é. Mas também nenhum deles é inferior ou indiferente. E os que constituem uma sequência, sob o título de «Palavras», começam a mostrar a possibilidade próxima de, também nesta forma, tão bela, e por um modo pessoal, a sua Autora nos vir a dar obra de Poesia sincera, vivida e alta.

Não deve esta Poetisa abandonar as formas estróficas regulares e suas combinações já experimentadas. A sua disciplina em nada limita a liberdade verdadeira da inspiração e obriga vantajosamente a expressão a manter-se no essencial, recusando o fácil, as belezas de acaso, o puro verbalismo.

Com a disciplina assim adquirida, engrandecerá, depois, as formas, de não menos exigível perfeição, do verso livre ou de outras, mais difíceis e mais raras, combinações de estrofes. É este o caminho e, de modo algum, a aceitação das influências de uma pretensa liberdade moderna, disfarce de incapacidade, confusão com a prosa, negação, afinal, da indispensável harmonia e a beleza do verso livre.

E é fácil a qualquer Poeta jovem, de agora, cair sob essas e outras más influências. Noto-as, quanto a esta Poetisa, na composição «Elogio da Ignorância», eco de uma poesia, bastante fraca, de Fernando Pessoa, paradoxalmente intitulada «Liberdade». Noto-as numa prejudicial entrega à facilidade e ao acaso da inspiração que há na maioria das composições.

Posso, felizmente, opor-lhes a realidade poética, a beleza verdadeira da Poesia vivida e realizada, embora não perfeita, de cinco dessas composições: «Toada», «Poema», «Crepuscular», «Nocturno» e «Plenilúnio». As duas últimas são, e de muito longe, as melhores. Estas sim, deviam ser publicadas, porque são os poemas, verdadeiros e sinceros, do que é possível, embora muito raro, dizer de novo e próprio e até profundo, uma alma de Poeta, ao acordar para a Poesia.

Em «Plenilúnio» é o encantamento do mundo a provocar a culpa, admirável, de ser Poeta. Em «Nocturno» a ansiedade e a esperança de uma realização plena, pressentida por uma sensibilidade profunda.

Por estes dois poemas, principalmente, e sua vibração humana e significado, creio na grandeza da obra futura de Maria da Graça Varela Cid. Assim ela queira sacrificar-lhe as vanglórias e os êxitos fáceis das Artes de exibição, em absoluto opostas à Poesia.

Poesia íntima, com humildade vivida, Poesia de sentimento, com muitas das suas qualidades, mas de sentimento às vezes apenas directamente *notado* e com os defeitos que daqui resultam, é a do livro de:

LUIS AMARO — 'Dádiva' — Poemas — Portugália Editora — Lisboa — 1949.

Os defeitos, menores que as qualidades, nem são verdadeiramente pessoais, quer dizer, resultantes de uma carência de poder criador ou incapacidade íntima para a espécie de realização desejada. São defeitos impostos pela influência de uma falsa e perigosa doutrina que, em nome da liberdade poética, nega a Arte e impede a realização formal adequada à inspiração, prendendo-a, assim, afinal, mais estreitamente que a adopção, embora não motivada e exterior, das mais rígidas formas estróficas.

Essa doutrina, a da última decadência do Romantismo, com a deturpação, por exaspero e delírio, das verdades por ele alcançadas, causou, entre outros e ainda piores malefícios, este de se querer uma *Poesia* de simples notação imediata do que é apenas a base de uma realização poética.

O Poeta Luís Amaro não se abandonou, felizmente, a essa doutrina e recusou em absoluto as suas piores consequências, as da notação automática das palavras em delírio. Os sentimentos são nele vividos integralmente, determinantes, por isso, de pensamentos e por eles definidos e aprofundados. E são, de facto, *poemas*, os seus, porque todos os sentimentos, neles expressos, foram revividos na concepção poética.

Mas a influência daquela má doutrina ou de exemplos de alguns livros, por ela diminuídos, mas com êxito, justo ou não, entre os novos, levou-o, muitas vezes, a parar a meio da concepção poética, que exige, para se realizar, uma forma definida e, quanto possível, perfeita.

Recusou a disciplina das formas estróficas que, sem diminuir o poder da inspiração e antes o ajudando, obrigam à pureza de expressão e à sua variedade. Não meditou suficientemente o valor musical, não apenas auditivo (e já é alguma coisa) mas psíquico, encantatório, das rimas e dos ritmos.

De tudo isto proveio muitas vezes, contrariando o poder que este Poeta nos revela, uma realização imperfeita, por incompleta. E tanto assim, que mesmo as composições deste livro que nos aparecem menos realizadas facilmente poderiam ser refeitas e, digamos a verdadeira palavra, completadas. Ainda melhor o demonstram aqueles poemas em que foi alcançada a harmonia entre o espírito e a forma e, por isso, a verdadeira Poesia e a Beleza.

E não são poucos os seus poemas que se elevaram a essa realização, embora nem sempre inteiramente perfeita. Entre eles é justo indicar os melhores, já por essa beleza, já, também pela intensidade e fundura de sentimento: «Aceitação»; «Desencanto»; «Experiência»; «Infância»; «Intermédio»; «Bairro»; «Poema de um Crepúsculo»; «Águas Plácidas»; «Biografia» e «Poesia».

Em sua mais natural ordem e sequência, estes poemas (e afinal todo o livro, por sua sinceridade e vibração) exprimem um drama espiritual verdadeiro. O seu motivo é o desacordo entre uma Alma, em sua íntima grandeza, e a vida vivida: — uma infância triste mas, apesar de tudo, lembrada com ternura; uma adolescência dolorosa e comprimida em seus sonhos; a amargura de um mundo real que não consegue possuir mas cuja força, apenas entrevista, não recusa.

Grande e belo é que desse drama tenha conseguido arrancar uma vitória, a da sua visão constante de uma estrela e guia espiritual cuja redentora luz é a da afirmação da alma do Poeta, em dádiva de Amor e em Poesia.

Os poemas, que melhor exprimem esta dolorosa ascensão e este quase heroísmo, conferem desde já a Luís Amaro o direito de perdurar na Poesia Portuguesa.

Com mais segurança foi já esse direito conquistado, após uma persistente ascensão para a grandeza, por um outro Poeta, em seu terceiro livro:

GERALDO BESSA VÍCTOR — 'Debaixo do Céu' — Editorial Império — Lisboa — 1949.

A julgar pela data da publicação dos seus primeiros livros, pertence Geraldo Bessa Víctor à geração literária de 1940 e nela de certeza, e muito mais do que outros que antes procuram a Fama e seus prémios do que a realização em Poesia, já vincou uma posição de representante de uma parte

do seu carácter e valor e dos seus problemas espirituais. Nem é impossível que essa posição venha a ser a de um dos componentes da Plêiade verdadeira da sua geração. Mas isto, como sucede com todas as outras gerações (e salvo casos raríssimos), só o tempo o definirá. Nem é necessário, nem talvez útil para a sua realização total, que um Poeta jovem obtenha para a sua obra maior prémio do que a certeza desta possibilidade.

Tem-na, por este seu livro, e para que se obrigue ao esforço persistente que ainda mais o eleve, este Poeta Português, plenamente Português, nascido em Angola. É mais uma vitória, e admirável, do nosso espírito colonizador, este caso de nacionalização lusíada perfeita, e, por isso, com a mais intensa personalização, de um Poeta de origem africana. Geraldo Bessa Victor vem dar-nos um novo e alto exemplo dos humanos milagres da espiritualização racial que já havia criado outros dois Poetas, o Português Costa Alegre e o Brasileiro Cruz e Sousa.

Só para indicar o processo dessa espiritualização racial me refiro aos seus dois primeiros livros de Poesia, carinhosamente acolhidos e já lúcidamente anotados nesta Revista.

O primeiro, '*Ecoss Dispersos*', mostra em que admirável disciplina poética, de pensamento e de forma — a de Antero de Quental principalmente — ele se pôde elevar e personalizar, e demonstra, mais uma vez, que a Cultura aumenta o espontâneo talento e recria e engrandece os dons naturais. Porque esse livro não é um eco, sem personalidade, da Cultura e da obra de génio de que nobremente aceitou a influência inicial. A sua originalidade está numa intensa valorização do Sonho como principal motivo de humanização e seu sofrimento. E três ou quatro dos Sonetos, em que melhor se exprime esta sua intensificação original do valor do Sonho, são dignos de perdurar.

O segundo livro, '*Ao som das Marimbas*', pôde, por seus temas, iludir alguns Críticos, fazendo supor uma reabsorção da vida espiritual deste Poeta pela força do sangue. Mas não é assim. Se em algumas poesias, por *exotismo*, o que quer dizer menos profundo e estrutural sentimento, o Poeta desce à exaltação da vida selvagem (tema *européu* e não português nem africano, tema, portanto, exterior) noutras há a mais directa e nobre espiritualização racial. Direi melhor, há uma sublimação do sangue ancestral, alargada a toda a raça negra, com aspirações de amor, liberdade, sonho, fé e orgulho, que são as do seu espírito lusíada e cristão.

Nessas poesias, a África e a raça negra puderam, por isso mesmo, exprimir-se com verdade e grandeza e valorizar-se perante a espiritualização desejada e necessária. É o que se vê nos poemas simbólicos «O Comboio» e «O Homem Negro e o Carvão», no admirável «Hino ao Batuque», em alguns Sonetos, nas belas poesias «Kalundu» e «Batuque» e no alto significado moral da composição, menos realizada artisticamente, «Mística do Império». O Poeta vive nessas composições, as melhores do livro e dignas de perdurar, o mesmo anseio nobilíssimo de elevar todos os seus irmãos à grandeza espiritual e à sublimação do sangue na Cultura, por ele alcançadas. Embora por formas diversas, todas elas relevam o caminho, verdadeiro e humano da Poesia recriadora de homens.

Para exercer esta superior actividade espiritual de redenção de almas pela Poesia é, no entanto, absolutamente indispensável aos Poetas a posse de uma certeza, não recebida mas própria, a segurança de uma verdade alcançada num vivido e sincero drama interior. Isto, que é muito raro sempre, e talvez mais ainda nos tempos modernos, em que a maioria dos Poetas se contenta em viver o seu drama espiritual, recusando a verdade e a certeza que nele devem e podem conquistar; isto, que é muito raro e grande, constitui o maior valor deste Poeta e das mais altas poesias deste livro.

Embora nenhuma das poesias nele reunidas seja sem interesse, eu teria preferido a escolha somente daquelas que exprimem o drama espiritual vivido e a vitória final de uma certeza nele alcançada. Tanto mais que, por natural correspondência da Poesia mais profunda e intensa e da realização artística, também é maior a sua beleza formal. Desejaria mesmo ver ordenadas essas composições no *Poema*, com unidade verdadeira, de que talvez o Poeta não tenha tido perfeita consciência mas que foi vivido e realizado, e é isto o que mais importa.

Vejo-o dividido nos seguintes *momentos*, estabelecendo, com a ordem verdadeira das poesias uma natural progressão: O primeiro (ligado aos anteriores livros) é o redescobrimto do seu mundo interior (os Sonetos: «Liberdade»; «Alma Grande» e «Alma Imensa») com o imperioso desejo de realizar esse mundo para que deixe de ser apenas sonho («Poema da Ansiedade») e se defenda, mesmo, das verdades alheias («Pecado»), concluindo pela exaltação máxima do *Eu* («Poema Limitado e Efémoro», um dos mais belos do livro). O segundo *momento* é o que lhe deu a dúvida sobre essa possibilidade grandiosa de realização e eternidade («Poeira de uma Canção») já acompanhado por uma esperança posta no Amor e na Dor («Poema Passageiro» e «Hino à Dor»). O terceiro *momento* é aquele em que pressentiu uma Verdade Eterna, anterior e superior ao seu mundo íntimo e capaz de o redimir e eternizar (Soneto «Liberdade Cativa» e a poesia «Eu já tive um Troféu») e em que padeceu a dor ansiosa dessa verdade («Anátema»). O quarto *momento* é o da revelação da verdade na Fé reconquistada (Sonetos «Então ouvi uma voz dizer»; «Mar Revolto»; «Vox Clamantis» e o «Poema de todos os Tempos»). O quinto *momento* é o da serena vitória, válida para a vida num mundo real e o Amor («Poema do nosso Amor») e para a Eternidade (Soneto «Espírito Imortal») e da afirmação da certeza alcançada, sonho, também, de uma obra futura digna dessa vitória («Cântico Novo»).

Firmemente creio na possibilidade, muito alta, de um vasto e profundo «Cântico Novo» do Poeta Geraldo Bessa Víctor. Ousarei, por isto, sugerir-lhe a máxima ambição.

Já alcançou na meditação lírica a vitória que lhe era possível, a certeza de uma Fé que, por ser também verdade conquistada no drama espiritual vivido, é muito profunda. Porque não há-de realizar o Poema Épico (no mais alto e mais genérico sentido verdadeiro desta palavra) da redenção da raça negra pela Fé e a espiritualização racial?

Não lhe faltam na vida histórica de Angola, Terra Portuguesa e Cristã, os temas por onde escolher para dar estrutura épica e universalidade a uma nova e não menos pessoal realização da sua Poesia.

É obra para uma vida? Mas vale bem a pena viver, mesmo com todas as amarguras e tragédias, para realizar uma obra dessa altura e grandeza.



A este caso admirável, de nacionalização e personalização por força do Espírito e da Cultura, tenho, infelizmente, de opor o caso, inteiramente contrário, manifestado no livro de:

PAPINIANO CARLOS — *'Mãe Terra'* — Poemas — Livraria Portugália — Porto — 1949.

Poemas, não. Trata-se de uma obra em prosa (ainda que, por vezes, com rimas de acaso) que não é a consequência de uma concepção poética mas o panfleto de propaganda imposto por uma convicção *social* que admito sincera mas afirmo contrária a toda a Poesia, a toda a Cultura, a toda a grandeza humana.

Nem vale a pena perder tempo a analisar estas páginas de propaganda feitas dos lugares comuns da subversão social, eco e repetição impessoal de todos os retóricos do plebeísmo socialista.

Só as referiria como exemplo da liberdade que em Portugal é concedida a toda a publicação de livros, mesmo os mais nefastos, se não me doesse ver esta espécie de suicídio, o mais triste, de quem era capaz de ser um homem livre, uma pessoa viva, um Poeta.

É o que se adivinha, embora não realizado, nas primeiras três páginas da composição intitulada «Infância». Por elas espero ainda um livro de Poesia (será «burguesa»?) de quem por este livro apenas exemplificou a que brutos abismos descenderia a Humanidade se fosse possível o apocalipse socialista em Países Civilizados.

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO

ANTÓNIO ALVARO DÓRIA — *'A Vida rural no Romance Português'* — Lisboa, 1950 — Embora nos pareça que este volume não realizará os objectivos com que foi organizado — servir de elemento de consulta para os romancistas que em 1950 concorreram aos prémios da Junta Central das Casas do Povo — ele constitui, sem dúvida, um excelente guia dos principais romances dos Séculos XIX e XX que trataram de aspectos da nossa vida rural. António Dória estudou meticulosamente as obras que mais interessavam ao seu ponto de vista e organizou uma colectânea digna da maior atenção. Talvez melhor a do Século XIX, mas ambas com elevado critério e louvável bom gosto. Foi feliz na divisão das rubricas, agrupando bem sob os títulos de — O homem e o meio — Vestuário e habitação — O trabalho — Superstições, crenças e usanças — A linguagem — Festas e divertimentos — os trechos que reproduziu e que são dos melhores das épocas estudadas. Mas todos eles são aspectos parciais, quadros restritos, confirmando a asserção de que não há entre nós *romance rural*. Seria talvez interessante inquirir: e a vida rural portuguesa poderá alimentar já alguma coisa mais do que esses aspectos restritos, esses quadros duma ou doutra província onde os costumes são mais castiços e as tradições menos deformadas? O problema é complexo e não seria fácil harmonizar as respostas que surgissem das várias zonas da especialidade. Uma aspiração revela o volume que temos presente e convém enaltecer sem reservas — é o desejo de que os nossos romances se inspirem mais nas verdadeiras características do Povo e que procurem na província, na relativa pureza dos campos, a legítima alma portuguesa para fundo e acção dalguns de seus romances. Os prémios estimulam, os apelos desta natureza agitam o problema, mas só muito excepcionalmente a criação anda à mercê deste dirigismo. Ficam, porém, as excelentes intenções e uma substanciosa antologia. É muito útil o Índice remissivo do volume, que de certo foi concluído antes de Dezembro de 1948, data em que se imprimiu o romance de Fernanda de Castro — *'Sorte'* — premiado já pela Junta das Casas do Povo e não referido pelo Autor do presente volume.

DE ARAÚJO COSTA — *'Páginas avulsas'* — Chega-nos de Maceió (Alagoas) este volume de Crônicas dum jornalista brilhante, em cujos escritos se revela sempre sinceridade franca e alto sentido moral. Predominam as críticas literárias, mas interessam igualmente ao Escritor os assuntos educativos e sociais. Destes últimos são de notar os que dizem respeito à indispensável protecção do trabalhador rural e ao elogio do cooperativismo. A propósito da radiodifusora de Alagoas, aspiração finalmente realizada, o Autor exalta a sua Terra e a sua gente. Ainda não há muitos anos, o sonho dos homens de letras dos diferentes Estados brasileiros era partirem para a capital, sorver a plenos haustos as delícias da Cidade Maravilhosa. Hoje, em todos esses Estados, se estão a formar núcleos de real merecimento, com suas revistas e organismos editores e, sobretudo, com a firme decisão de se fazerem valer a si próprios dentro do carácter especial de seu ambiente. E assim, à medida que melhor se vai lapidando esse cristal fulgurante que é o imenso Brasil, mais facetas peculiares se vão sublimando na Literatura Brasileira. O volume termina com três páginas românticas, em que o Autor revela também seu estilo novelesco.

JÚLIO DE LEMOS — *'Elogio do contista Trindade Coelho'* — O ensaio de Júlio de Lemos sobre o autor de *'Os Meus Amores'* reúne as opiniões de grandes vultos das letras, para enaltecer a personalidade literária de Trindade Coelho que, na sua opinião, principiou uma transformação na vida literária portuguesa.

Embora seja uma obra cuja intenção é expressa no título, as qualidades de crítico de Júlio de Lemos manifestam-se brilhantemente, como sempre, na apreciação do momento literário em que Trindade Coelho escreveu os seus contos, tentando aproximar-se do povo, assimilando à escrita culta a sua forma de dizer, numa encantadora expressão romanescas da alma popular da sua província natal.

As citações são inúmeras e demonstram não só o cuidado, como a honestidade do autor, querendo dar uma súmula o mais completa possível de como tem sido apreciado, e principalmente de como o foi no seu tempo, o admirável

contista que soube trabalhar com relevo, a difícil arte do conto, romance em síntese, que tem de prender da primeira à última página pela beleza da prosa, a justeza do diálogo, a facilidade de historiar.

Júlio de Lemos inclui no seu ensaio uma nota circunstanciada das obras dos Escritores que homenagearam Trindade Coelho, dos jornais em que colaborou e, finalmente, um índice onomástico dos Escritores e jornais citados no texto, Edição da Revista 'Ocidente' (Do 'Primeiro de Janeiro' — Porto).

UMA REVISTA PORTUGUESA

«É possível que não tenha grande circulação, no Recife, a revista portuguesa 'Ocidente', editada em Lisboa e que já está no seu 141.º número.

Trata-se de uma publicação honesta e criteriosa, não sendo preciso salientar o bom gosto gráfico com que é feita. O grafismo, em Portugal, é uma arte apurada, mas sem nenhum excesso e sem originalidades pedantes. O livro português é um verdadeiro encanto para os olhos, parecendo que a indústria apresenta requintes cada vez mais interessantes e sugestivos, de modo a deixar de ser indústria para se converter numa verdadeira arte.

A revista 'Ocidente' é uma magnífica demonstração da Cultura lusitana, que em nada desmerece o passado intelectual de tão nobre gente. Sentimos que a influência de Portugal é cada vez mais viva nos nossos espíritos, sendo certo que nunca nos poderíamos libertar desses elos fecundos, que formam, no tempo, a cadeia do sentimento criador.

É pena que a revista não tenha maior circulação nesta capital, onde as boas letras lusitanas são sempre sedutoras, em que pese a outras influências que possamos sofrer. A verdade é que, sejam quais forem as transmutações espirituais que nos aguardem, em Portugal é que iremos buscar a boa norma linguística e a fonte perene do nosso conhecimento e da nossa vida intelectual».

(Da 'Folha da Manhã', do Recife)

LIVROS RECEBIDOS

- 3057 — *H. B. Garland* — 'Schiller' — 280 p. — George G. Harrap & Co. Ltd. — London — 1949.
- 3058 — *Norman G. Brett James* — 'Introducing Chaucer' — 126 p. — George G. Harrap & Co. Ltd. — London — 1949.
- 3059 — *H. G. Wells* — 'The short Stories' — 1.150 p. — Ernest Benn Limited — 14.ª ed. — London — 1948.
- 3060 — *Hammond Innes* — 'The white south' — 320 p. — Collins — London — 1949.
- 3061 — *Lynton Hudson* — 'Life and the Theatre' — 192 p. — George G. Harrap & Co. Ltd. — London — 1949.
- 3062 — *Roy Campbell* — 'Collected Poems' — 298 p. — The Bodley Head — London — 1949.
- 3063 — 'The complete plays of Henry James' — introdução de *Leon Edel* — 846 p. — Rupert Hart — Davis — London — 1949.
- 3064 — *Hon. Donough O'Brien* — 'History of the O'Brien from Brian Boromhe' — 302 p. — B. T. Batsford Ltd. — London — 1949.
- 3065 — *Emiliano da Costa* — 'Pampilhos' — 120 p. — Estoi — 1949.
- 3066 — *Alberto Marques da Silva* — 'Varanda dos meus sonhos' — 64 p. — Faro — 1950.
- 3067 — *Fernando Vieira* — 'Promessa' — 64 p. — Lisboa — 1950.
- 3068 — *Rodrigues Júnior* — 'África Terra de Promissão' — 264 p. — Lisboa — 1949.
- 3069 — 'A Campanha pelo casamento das telefonistas' — 208 p. — Liga Portuguesa de Profilaxia Social — Porto — 1950.
- 3070 — *Donozor Lino* — 'Cartas de Marear' — 96 p. — Atibaia (Brasil) — 1949.



NOTAS E COMENTÁRIOS

★ CRÓNICA — A recente revogação das leis de banimento e a nova amnistia para civis e militares são provas irrefragáveis de como o Governo e os representantes da Nação não deixam nunca de atender as solicitações da opinião pública, quando esta reclama justiça e clemência. Pode discutir-se a oportunidade dessas medidas e havia decerto quem afirmasse que elas já tardavam. O verdadeiro exame dos factos, porém, só pode ser feito por quem está no segredo dos acontecimentos e conhece, pela sua vigília permanente, aquilo que escapa à maioria das pessoas. As famílias, os amigos, os próprios beneficiários dessas leis maldizem sempre o minuto que elas demoram e criam à sua volta o ambiente de protesto, que é tão bem aproveitado em todas as ocasiões lícitas e ilícitas pelos adversários políticos ou pelos opositores profissionais. Só o bom senso reconhecerá que tudo se vai realizando dentro da mais acentuada cordura e que os muitos sofrimentos em que incorreram os recentes amnistiados nem por sombras se podem comparar aos de outros de várias fases da nossa História política e muito menos com as repugnantes sanções aplicadas há bem pouco em países ultracivilizados. Foi digna, humana e cordial a última série de medidas congregadoras, que, além de realizarem obra de justa reabilitação, vêm também aniquilar até certo ponto as propagandas feitas no País e principalmente no Estrangeiro a respeito dos *martírios* de alguns exilados, que se mantinham fora da Pátria apenas por condenação da sua consciência. De esperar é agora que tudo se cumpra com o leal espírito de magnanimidade que ditou as medidas e não se ergam forças ocultas a perturbar o bom funcionamento da reconciliação nacional. A defesa e a segurança do Estado estão mais na boa administração e na justiça de seus actos do que em repressões prolongadas além dos limites lógicos e sem fundamentos seguros. Contra o Comunismo e campanhas subversivas da ordem social — todos os rigores serão poucos, desde que se não alarguem essas classificações a simples suspeitas ou meras hipóteses. O regime adquiriu já, em menos de um quarto de século, a sólida contextura que não se julgaria possível obter em menos de vários decénios. Aceite-se, pois, com inteira confiança, a luta em todos os campos. Ela saberá vencer, no momento preciso, quantos se apresentem ao combate.

★ MELHORAMENTOS RURAIS — O Parecer sobre as Contas Gerais do Estado de 1948 vem, como sempre, repleto de lúcidas observações atinentes a moderar todos os excessos que possam perturbar ou desequilibrar o bom andamento da administração pública. Alguns dos reparos repetem-se há anos, mas ainda não foram devidamente assimilados. Outros, no Parecer de agora, talvez sejam exagerados, embora os norteie o melhor sentido patriótico e intenções de prudente economia. Em futuras notas examinaremos com mais largueza os principais tópicos do Parecer. Agora queremos apenas louvar sem reservas estas sãs palavras a respeito de melhoramentos rurais, que se têm adiado de ano para ano e continuam sem melhores esperanças:

«A questão vai atingir aspectos piores, porque, com as dificuldades financeiras conhecidas e as insuficiências do Orçamento, os melhoramentos rurais estão condenados, irremediavelmente condenados, a sofrer grandes atrasos. Politicamente cometer-se-á um erro sério porque o País não é Lisboa nem o Porto. É nos concelhos rurais que reside a maior força política do País, assim como é lá que moram as suas melhores reservas morais.

Vale mais a pena banir do orçamento as coisas dispensáveis, como certas obras sumptuárias de grande consumo de verbas, do que diminuir as verbas destinadas à ponte, ao caminho vicinal, ao cemitério, ao arranjo da escola, às ruas, aos pequenos pontões e a tantos outros pequenos objectivos que são a vida das populações dos campos.»

Esta leitura tem pouco de agradável, mas muito de exacta. As zonas rurais, onde o trabalho é mais árduo e muito mais difíceis as condições de luta com a Natureza, são as mais esquecidas, porque lá não chegam os grandes automóveis, porque naquelas singelas paragens não há salões para opíparos banquetes nem a rude gente dos campos tem cabedal para retumbantes saudações. E, por isso, as ruas são lamaçais intransitáveis, os caminhos tortuosos e esburacados e todas as passagens precárias e transitórias, à mercê dos temporais e desmoronamentos. Fontes, pontões, o cemitério, o adro da igreja — tudo pesa sobre a iniciativa particular, tudo tem de ser improvisado e apenas para remediar. E, no entanto, é lá, nos concelhos rurais, que residem os valores mais altos do País, de lá é que têm saído as primeiras figuras da Política nacional. Porque será, então, que quase todos os políticos se esquecem dos campos, dessas regiões produtivas e pacíficas, onde o trabalho é honra e o mérito de cada um depende, sobretudo, de sua força moral? Lêem-se todos os dias visitas a obras e indústrias, homenagens aqui e além, discursos inflamados e tropos fulgurantes. Completem, Senhores Políticos, a sua tarefa governativa descendo de vez em quando de seus esplêndidos automóveis e metam-se pelos campos dentro. Vão ao interior das zonas rurais, entrem pelas pequenas povoações, examinem os processos de trabalho da maior parte da população e digam depois se é justo adiar mais uma vez a realização dos melhoramentos rurais mais urgentes, porque o dinheiro foi preciso para outras grandes obras, outros grandes edifícios. É frequente ouvir dizer ao turista: sim, Portugal está um prodígio de arrumação, um assombro de vertiginoso progresso em pouco mais

de vinte anos, mas só nas cidades e nas estradas que ligam umas às outras. Assim que se passa para as pequenas povoações, o contraste é chocante. Nota-se logo um grande sofrimento e não raro bastante miséria. — Não cremos que seja necessário suspender, nem mesmo prejudicar a maioria das grandes obras em curso e projectadas. Mas aos dirigentes bem intencionados não faltarão meios para ir resolvendo, com o necessário carinho, a má situação em que se encontram os concelhos rurais. Eles não precisam de luxos, nem de ostentações espectaculosas. Querem tão só que lhes facultem os transportes e arruamentos, desejam mais assistência moral e material. E ninguém poderá dizer que não têm pleníssima razão. O mencionado Parecer sobre as Contas de 1948 fustiga às vezes inclementemente a liberalidade das despesas na maioria dos serviços públicos. Mas para os melhoramentos rurais estranha que não se tenham ainda alargado as dotações e reclama aumento para elas, urgente e inadiável, embora as perspectivas sejam pouco lisonjeiras. Não descremos do apelo. É preciso, porém, que os próprios concelhos exponham altivamente suas necessidades e falem a quem de direito a linguagem da verdade, serena mas enérgica e resoluta. Falem e serão ouvidos.

★ SERVIÇOS PRISIONAIS — Dizemos na Nota anterior que nem todas as restrições feitas às despesas públicas pelo Parecer em questão podem ser aplaudidas igualmente. Enquanto não as analisamos com a necessária demora, cumpre repudiar desde já a inclusão dos serviços prisionais nas despesas dispensáveis ou, pelo menos, adiáveis. Cremos que não haverá uma alma cristã bem formada que não deseje para esses serviços a continuação cada vez mais aperfeiçoada dos esforços realizados nestes últimos anos para se restituirem à sociedade esses maus elementos que, por defeito de educação, fatalidade do Destino ou exacerbação de instintos, caíram sob a alçada das penas. Dentro das atribuições do educador e do governante, poucas missões haverá tão grandiosas como essa recuperação do delinquente, essa restituição da dignidade humana a quem a esqueceu por momentos, manchando o seu nome e a sua Pátria. Podia tal recuperação fazer-se nas monstruosas instalações antigas, nesses túmulos homicidas onde se mascarava a abolição da pena de morte com torturas ainda mais lancinantes? Não. Os serviços prisionais, com as suas construções higiénicas, as suas colónias agrícolas e industriais, as suas oficinas modelares — não representam despesas inúteis, por mais altas que elas sejam. Essas e as que se aplicam a obras de Cultura e de Defesa nacional são das mais reprodutivas e úteis porque florescem em regeneração social e em magníficos e nobilitantes triunfos morais.

★ LIBERDADES POÉTICAS — A leitura das resenhas bibliográficas traz frequentemente informes do maior interesse e que só podem ser colhidos dessa forma, pois a ninguém é dado ler ou sequer folhear tudo o que se publica. O recorte é do *'Jornal de Notícias'*, do Porto; e o livro do Sr. Alberto Serpa, a respeito de António Nobre. O Poeta chamou ao Porto «triste e comercial» e o diário portuense insurgiu-se contra o destempero. Podia ter feito

um pouco de história, esmagando o Sr. Serpa com factos imredouros. Generosamente, apenas lhe contrapôs a opinião doutro Poeta de hoje. Não se chega a compreender a substância mental destes intelectuais, que ou ignoram tudo o que se realiza fora deles ou desprezam o que não cabe dentro dos acanhados limites de seu sectarismo. — Depois, o jornal pede a explicação da frase: *Que desgraça morrer em Portugal*, com que, sem dúvida, o Sr. Serpa quis evocar o verso de Nobre: *Que desgraça nascer em Portugal!* Ora o Poeta do *Só* foi um doente, um exilado de si mesmo, o autor do livro mais triste. Disse coisas amargas da sua terra, mas em momento de perigo, diante da tempestade, talvez diante da visão da Morte, disse também: *Que eu tenho os olhos em Portugal!* O Sr. Serpa foi mais realista e lamentou a *desgraça de morrer em Portugal*, para ser mais consciente na sua revolta. Portugal tem filhos de toda a espécie. Não admira, portanto, que alguns assim revelem o profundo desgosto de por aqui arrastarem sua tão preciosa e alcandorada existência...

★ ACTIVIDADES CONSULARES NO ESTRANGEIRO — Depois que, em Outubro passado, aqui incitámos os Cônsules de Portugal a promoverem nas suas cidades exposições do Livro português, logo três distintos representantes nossos tiveram a amabilidade de nos escrever comunicando que tinham aceitado a sugestão e iam tentar cumpri-la. Dois estão já a preparar as exposições que lembrámos: o Dr. Carlos Pericão de Almeida, Cônsul no Pará, e o Dr. Alves Guerra, Cônsul em Pernambuco. Encontraram ambos o melhor apoio em Portugueses e Brasileiros, e bem assim na Imprensa local, que recebeu as iniciativas com a mais entusiástica simpatia. — Em Marselha, o Dr. Mário Duarte, que por todos os países onde tem exercido as suas funções consulares deixa sempre brilhantes vestígios de seu portuguesismo, promoveu um dia de amizade franco-portuguesa, a que toda a Imprensa da velha cidade mediterrânea consagrou largas e elogiosas referências. O Professor da Faculdade de Letras de Montpellier, Dr. J. B. Aquarone pronunciou uma conferência: *«Ce que nous devons au Portugal»*. O Dr. Mário Duarte ofereceu um «Porto de honra» nos Salões do Consulado e na sede do *«Sporting-Club du Vieux-Port»* realizou-se animado recital de música francesa e portuguesa, em que foi solista a Senhorita Elisabeth Vidal. — Dias depois, noutra recepção fidalgamente presidida pelo Cônsul Mário Duarte, este colocou as insígnias de Grande Oficial de Avis no peito do Vice-Almirante Jules Sol, Prefeito marítimo da 3.^a Região e antigo Comandante da Divisão naval da África Ocidental Portuguesa. — Ainda dentro da sua inteligente compreensão de representante de Portugal, o Dr. Mário Duarte ofereceu nova recepção aos jornalistas brasileiros que, na sua visita a França, passaram por Marselha, e que ele saudou na pessoa de Aníbal Fernandes, director do *‘Diário de Pernambuco’*. Este agradeceu em nome dos seus colegas e a festa continuou dentro do mais cordial convívio luso-brasileiro. — Nem por toda a parte, porém, se compreende assim a missão de Cônsul. Lemos há dias no *‘Diário de Notícias’*, numa correspondência de

Armando de Aguiar, este desagradável trecho, que precisa talvez de ser bem inquirido pelo Ministério respectivo:

«Passámos, de fugida, por Leopoldville sem termos visto da colónia mais do que alguns velhos amigos. Pela primeira vez, nesta nossa viagem, deixámos de evocar perante uma assembleia de bons lusos, porque os deve haver, o que foi e o que é o Mundo que os Portuguezes criaram. A explicação do «fracasso» é simples. Mês e meio antes da nossa chegada havíamos comunicado de Luanda ao representante consular de Portugal, avisado, também e há muito tempo, directamente pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, da nossa visita e da nossa missão, que iríamos a Leopoldville falar aos Portuguezes e colher elementos sobre a sua actividade, no passado e no presente. Em face do duplo aviso, o Cônsul foi pressuroso aconselhar-se — que tristeza — com alguns dos mais ricos comerciantes portuguezes, gentes feitas no duro trabalho de cada dia e, por isso, afastadas das coisas do espírito e da História... Um deles, pelo menos, de apelido Nogueira, não compreendeu o alcance da nossa missão e aconselhou o Cônsul a que pusesse de parte «litteratices, Vascos da Gama, Albuquerque e as Índias... Que depois de um dia de trabalho era preferível ir dormir». O Cônsul disse que sim. Concordeu e achou igualmente melhor uma boa soneca do que ir ouvir um homem que estava na «recta» final da mais longa viagem à volta do Mundo e muito tinha a dizer-lhes, sem cobrança de lugar nem por incumbência oficial, do prestígio que Portugal goza no Mundo. Paciência...»

Se ainda fosse Cônsul em Leopoldville o Dr. Armando Martins, Espírito de escol e Escritor ilustre, não se teria produzido tão estranho e lamentável fracasso.

★ RUI ULRICH — Seguiu para Londres a ocupar o difícil e honrosíssimo posto de Embaixador de Portugal na Grã-Bretanha o eminente Professor, Dr. Rui Ulrich, um dos mais altos valores das últimas gerações portuguezas. Mestre de esmerada educação e Administrador de reconhecida proficiência, o Dr. Rui Ulrich volta à Embaixada de Londres numa época bem diversa daquela em que já ali exerceu as mesmas funções. Mas não aumentaram as dificuldades. Pelo contrário, a consolidação do prestígio de Portugal lhe permitirá uma acção mais corrente e desanuviada. Esta revista, que tem merecido penhorantes atenções do ilustre Professor, faz sinceros votos pela continuação de seus triunfos.

★ QUAL A PREPARAÇÃO DO EMIGRANTE? — Como vai ele para o Brasil, para a Venezuela, para a Argentina? Em regra, sem a menor preparação. Vai ao Deus-dará, confiado em seu braço forte e em sua vontade inabalável. Mas isso é pouco. Se um vence, 99 são vencidos ou arrastados na corrente das desilusões. Últimamente já tem havido mais selecção, mas ainda não é bastante. Crie-se o programa do emigrante e exijam-se condições mínimas. É claro que se objecta logo com a liberdade de cada um, com o direito que todos têm a procurar a sua felicidade. Mas aquele programa e consequentes exigências não visariam senão prepará-lo para conquistar mais depressa e com mais segurança o êxito pretendido.

Quanto à emigração para o Ultramar português, o problema é ainda mais imperioso e foi muito bem tratado no '*Boletim Geral das Colónias*' pelo Prof. Dr. Manuel Silva Lopes. Pedimos licença para arquivar parte do excelente artigo:

«Temos mais de dois milhões de colonos por países estrangeiros, enquanto não vão além de cem mil portuguezes europeus, ou dessa origem, os que habitam, ocupam e marcam a nossa presença nas províncias ultramarinas».

«Temos que pensar em enviar os *melhores* para as regiões africanas»... «Devia familiarizar-se o colono *mesmo antes de partir*, com a terra acolhedora, através duma documentação completa. Para tal, serviriam os documentários cinematográficos, fotografias, jornais, revistas, música, usos e costumes, produtos regionais, etc. O problema *emigração* é um problema ligado à sobrevivência da Raça, que considerou sempre «toda a terra pátria do forte». Naturalmente, que é ainda no próprio interesse da Raça, que devemos aceitar que só *élites* deverão emigrar! Por isso, teremos que as preparar cuidadosamente, com uma largueza de vistas que há-de corresponder aos objectivos que se pretendem atingir; quero dizer, que o colono africano não pode, sob alguns aspectos, ter a mesma preparação daquele que demanda o Brasil, a Venezuela ou a Argentina. O *homem português* é sem dúvida o melhor elemento colonizador; é um *elemento-rico* que há-de tratar-se convenientemente, tal como os metais preciosos, moldando-o depois, liberto de certas sobrecargas de processos rudimentares, numa *unidade activa e valorizadora* em que, a par do progresso técnico, se lhe crie uma personalidade interessante de humanista activa, fazendo dele o homem completo. Preparemos um *colono-padrão, tipo-português*, dentro daquele espírito de certeza científica que nos legou o Infante Navegador. Isso nos guindará, como povo, a um alto nível mental e social. Organizemos racionalmente a nossa emigração, empreendendo um esforço gigantesco que mereça a admiração das gerações vindouras, pois, em várias gerações da Terra teremos que entrar em competição com alemães, italianos, espanhóis, etc., emigrantes como nós».

Façamos tudo pela valorização e bem estar do homem português! Temos que criar em profundidade o *mundo português do Continente africano* e alargar aos quatro cantos da Terra a influência civilizadora da nossa Raça».

«Que na bolsa de cada emigrante vá um exemplar de '*Os Lusíadas*' — Bíblia viva da Raça — para o temperar nos momentos de desalento».

Óptima forma de Cultura esta, pela qual a Pátria transfunde em seus filhos a perenidade gloriosa de sua missão civilizadora.

★ INCONGRUÊNCIAS DO «FADO»... — Num cinema de Lisboa, o mais recente e um dos mais luxuosos, apresenta-se todos os dias um excelente organista a suavizar a mecanização dos celulóides com interpretações musicais de bom quilate. Pois não viram que, desastradamente, houve quem convencesse o distinto organista a enxertar nos programas um «*fado*»? Já não bastava que a reles cantilena andasse por aí, a torto e a direito, cuspinhada nas tabernas e vociferada nas emissoras, ao som da guitarra plangente e deprimente. Até havia de querer perverter um instrumento superior e hierático, como é o órgão! O resultado viu-se. Desagrado e inêxito. Haja bom senso. Deixe-se o «*fado*» na alfurja enquanto não se põe em vigor uma lei que o considere *linguagem* subversiva e, portanto, sem curso no País.

★ ACADÉMICOS E ROMÂNTICOS — O n.º 7 da «Colecção Museum», 1.ª série, que Diogo de Macedo com admirável senso e bom gosto está publicando, engloba, numa enternecida homenagem, onze Artistas, Escultores e Pintores, que nos fins do Século XVIII e no Século XIX nobilitaram e enriqueceram a Arte Portuguesa. São seus nomes A. Monteiro da Cruz (1770-1851); Norberto José Ribeiro (1774-1844); J. F. Ferreira de Freitas (1776-1857); A. Manuel da Fonseca (1796-1890); Joaquim António Marques (1821-1885); Francisco José de Resende (1825-1893); Leonel Marques Pereira (1828-1892); Vítor Bastos (1829-1894); Marciano Henriques da Silva (1831-1867); José G. Nunes Prieto (1833-1907) e Caetano da Costa Lima (1835-1898). De todos nos dá Diogo de

Macedo lúcidas notas biográficas, acompanhadas de 15 ilustrações, das quais um índice final indica ainda as principais características. Diogo de Macedo vai assim fazendo a árdua catalogação dum precioso espólio, enquanto melhores artes do Destino lhe não concedem a instalação que há tanto reclamam as muitas preciosidades que ali se atropelam numa dolorosa e nociva falta de ar, luz e conforto.

★ DIOGO IVENS — Faleceu em Ponta Delgada, apenas com 47 anos de idade, este arguto e ilustrado Ensaista, que tratava sempre os seus assuntos com agradável originalidade. Nesta revista deixou ele algumas páginas demonstrativas de seu apuro crítico e era actualmente, com Rui Galvão de Carvalho, um dos organizadores da «Página Cultural» do 'Correio dos Açores'. 'Occidente' deixa aqui expresso seu sincero pesar pelo passamento do distinto Escritor micaelense.

★ PELOS CORREIOS — De vez em quando, o Guia dos Correios, Telégrafos e Telefones, que, contra as expressas determinações de duas Circulares dos Ministérios da Educação e das Colónias, continua erradamente a chamar-se dos CTT, em vez de ser dos C. T. T. (única forma de letras exprimirem abreviaturas), de vez em quando, repetimos, esse Guia conta proezas extraordinárias da perspicácia dos funcionários, que decifram as mais confusas charadas expressas em direcções entregues à posta por pessoas analfabetas ou profundamente distraídas. Temos lido algumas e, na verdade, os casos são de pasmar, quer pelo imprevisto dos endereços, quer pela perícia com que têm sido *traduzidos*. Mais de espantar, porém, é que esse conspícuo turno de habilíssimos decifradores não funcione junto da distribuição para resolver num ápice aqueles casos que tão popularmente se podem sintetizar no conhecido *branco é... galinha o põe*. Eis o nosso caso. Há dias, dirigimos um postal ao Prof. A. Mendes Correia, que mora na Av. da República, 22-2.º, mas em lugar de Av. escrevemos Pr. O correio não encontrou em Lisboa Pr. da República e mandou o postal para o Porto, onde há Pr. da República. Lá, o respectivo carteiro não encontrou o destinatário no n.º 22 e devolveu o postal para Lisboa. De volta da sua viagem, o infeliz excursionista não foi presente ao conspícuo turno de decifradores, nem sequer ao primeiro amador de palavras cruzadas. Nada disso. Dado por incapaz e desnorteado, foi reexpedido ao remetente, sem mais aquelas. Um Deputado em constante actividade, o Director da Escola Colonial, o Prof. A. Mendes Correia não é conhecido do Correio de Lisboa! Ponham esta no Guia dos C. T. T., (reparem bem que não é CTT) Srs. funcionários. E dêem também no mesmo Guia (com os devidos pontos, está claro) sua opinião sobre este outro caso. Numa das últimas semanas, para satisfazer o pedido dum assinante de Timor, enviámos a certa estação postal um pacote com vários livros selado para seguir à cobrança de determinada importância. O pacote foi aceite e dado o respectivo recibo. Passados dois dias, recebemos o pacote em casa com os selos inutilizados e a nota: «*Estão suspensas as cobranças para Timor*». Não parece que seria honesto avisar o remetente de que o pacote estava retido pelo motivo acima, mas

podia seguir registado? Tivemos de embrulhar o pacote novamente e de lhe colar novos selos. Disse-nos um funcionário: podia reclamar contra quem aceitou a cobrança, que devia ter feito logo o aviso da suspensão. Agradecemos o conselho, mas não o aceitámos. Cremos que o aviso é que seria a solução justa para todos.

★ INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO DO BRASIL — Além do auxílio permanente às centenas de Bibliotecas espalhadas pela Federação, às quais já distribuiu muitas dezenas de milhares de volumes, o Instituto Nacional do Livro brasileiro tem publicado obras de grande mérito, devendo salientar-se a '*História antiga*' e a '*História média de Minas Gerais*', de Diogo de Vasconcelos; as '*Memórias históricas do Rio de Janeiro*', de Monsenhor Pizarro; o '*Dicionário Greco-Português*'; '*A Demanda do Santo Graal*'; e o '*Dicionário Medieval e Clássico*', 1.º volume. O Instituto tem já em composição o '*Dicionário Etimológico Latino*' e brevemente organizará Vocabulários de Vieira, Bernardes e Fernão Lopes.

★ PROPAGANDA ACERTADA — Numa das principais ruas de Roma está a ser instalada uma Livraria brasileira com salão de leitura sobre coisas do Brasil. Em lugares de relevo serão expostas fotografias e paisagens do Brasil, bem como retratos de Escritores brasileiros. O organizador dessa Livraria já realizou obra semelhante em Paris e tem verdadeira fé na propaganda por meio do livro. Aqui está um autêntico herói, que merece dos seus patrícios todos os louvores e dos nossos o melhor agradecimento pela esplêndida lição... que certamente não será aproveitada.

★ 'BANDO' — Já chegou ao 2.º ano, sem uma única falta, este Mensário de Natal, Rio Grande do Norte, dedicado a assuntos literários, históricos e etnográficos. Neste n.º 13 colaboram Nestor Lima, Castelo Branco Sobrinho, Geraldo Azevedo, Rodrigues de Melo, Solon Andrade, Palmeiro Filho, João Matuto, João Vicente da Costa, F. Rodrigues Alves, Hernani de Lencastre, Iveta Ribeiro, Jaime Wanderlei e Lício Neves. '*Bando*' pugna destemidamente por uma Literatura que bem exprima a fisionomia do homem e da terra do Nordeste.

★ O CULTO DE RUI NO BRASIL — Poucas personalidades brasileiras conseguiram até hoje na grande Nação sul-americana o prestígio, a devoção e o respeito que, desde muito novo, conquistou Rui Barbosa. Vida exemplar, Vernaculista dos mais notáveis, seus principais motivos de êxito foram uma Cultura excepcional e a mais serena e luminosa eloquência. Há poucos meses, o Brasil inteiro lhe prestou as maiores homenagens por ocasião do regresso de seu corpo a S. Salvador da Baía, terra onde nascera. Então se viu nitidamente como o grande Rui depois de morto se tornou maior que em vida. Falaram e escreveram os vultos mais ilustres. E o que disseram representa a máxima consagração de méritos e virtudes que poucos têm igualado. — A extensa bibliografia já dedicada ao eminente Civilista juntaram-se mais dois opúsculos, que temos presentes, devido à gentileza de seus Autores, e que tanto dizem em suas páginas sobre o primeiro Embaixador que revelou e impôs o Brasil ao mundo moderno. O primeiro, '*Rui Barbosa*,

Orador', é um hino vibrante entoado ao Mestre da Oratória por outro Orador da mesma raça, João Neves da Fontoura, que, em períodos esculturais, nos apresenta o Rui de todos os tempos impondo-se sempre pela eloquência em suas falas e escritos. São mais ou menos palavras textuais do Conferente de 1948 estas com que vamos resumir a densa e doutíssima oração. Rui foi tudo quanto quis ser, mas acima de tudo — um orador. A oratória era a cor predominante entre os matizes do espectro solar da sua inteligência. A sua vida, apesar de sempre em luta, não foi um grande diálogo com os adversários. Dada a sua esmagadora grandeza, constituiu um terrível solilóquio apontando o caminho da redenção. A tribuna foi o seu destino, a sua fatalidade, o altar da sua fé. Lutador sob a poesia da acção, da peleja e do apostolado, não alinhava no barro das trincheiras mas no silêncio da sua biblioteca ou na agitação tumultuosa do parlamento, dos tribunais ou da Imprensa. E tanto brilhou na Haia, em Buenos Aires e na Capital Federal como nos sertões mais ínvios da terra natal, porque se o sertão não conhece o mar e este não conhece o sertão, de ambos ressalta a mesma expressão de energia, força e poder que o empolgavam. Da tribuna, o Mestre da Língua Portuguesa fala sempre com exactidão, método, elegância e de memória. A sua eloquência é feita de espontaneidade, sinceridade, liberdade em acção. Não tem arroubos de tempestade, mas fascina as multidões com uma elocução perfeita, transmitindo ao auditório toda a gama dos sentimentos que o animavam. Grande como Vieira, era deste orador que mais se aproximava. Em séculos diferentes e com oratória diversa, os dois Puristas tinham alma igual, a mesma eloquência e a mesma combatividade. Rui não era expansivo nem alegre. Era um estudioso e um grande Cidadão. Estremeceu a Pátria, viveu no trabalho e não perdeu o ideal. Só amou uma única mulher — sua Esposa e ela encheu toda a sua vida. Acusaram-no de inconstância política. Variou pelas circunstâncias políticas do seu país. Foi tolerante com os homens e confessou seus erros da juventude. Seus discursos fatigavam pela monotonia da perfeição; por isso mesmo, foi o ídolo das *élites*, o eterno candidato dos estudantes, dos letrados, dos doutores. Em 50 anos de vida pública, só uma vez foi Ministro. Preferia tomar contas aos Governos. Partidário do parlamentarismo britânico, por que se fez presidencialista? Por se ter convencido de que o presidencialismo aperfeiçoaria a unidade nacional pela acção de um Executivo dotado de estabilidade e fortaleza. Homem essencialmente político, nunca foi um chefe, mas um apóstolo. Seu papel era criticar e doutrinar. Na Conferência da Haia subiu a alturas prodigiosas, ripostando ao Chefe da Delegação Russa. E o Brasil tornou-se respeitado em todo o Mundo. Em Buenos Aires consolidou a fama de sua eloquência. Recebeu-o o Brasil com festas apoteóticas. Mas ele não dorme à sombra dos louros. A capacidade de luta parece recrescer com a idade. E volta ainda ao sertão a falar de política com a mesma majestade das mais puras orações cicerónicas. Depois das agitações de 1921 e 1922, Rui vê realizado o começo de seus tristes vaticínios sobre a sorte da Re-

pública e das Instituições de 1891 e em 1 de Março de 1923 fecha os olhos e cerra os lábios donde jorrara por anos um rio de eloquência, verdade e beleza. O seu fim é o seu começo. Morto, parece maior do que vivo. — O outro opúsculo, de J. A. Pinto do Carmo, '*Rui Barbosa e o Dom Quixote*' documenta a admiração de Rui pelo famoso monumento da Literatura Espanhola, a obra-prima de Cervantes. Na sua Biblioteca existiam três boas edições do *D. Quixote* e todas copiosamente anotadas pelo insigne Mestre. Neste opúsculo reproduzem-se algumas páginas das referidas edições com emendas e comentários e duas páginas com resumos feitos no final de uma das edições. Rui juntou em sua casa muitos milhares de volumes, cremos que mais de 20.000. Pois todos apresentam vestígios de terem sido lidos ou rapidamente examinados. São muito interessantes as observações feitas pelo Sr. Pinto do Carmo à predilecção do grande Brasileiro pelo grande Espanhol.

★ MONUMENTO A JOÃO DO RIO — A Câmara Municipal de Lisboa vai pagar uma dívida de gratidão, inaugurando no dia 3 de Maio, à Avenida Almirante Reis, um monumento a Paulo Barreto (João do Rio), o cintilante Cronista brasileiro que tanto contribuiu para revelar Portugal aos brasileiros de há 40 anos. Com esse monumento ficará mais perfeita e ilustrada a Praça João do Rio, que constituía já sincera homenagem da cidade.

★ PELA EMISSORA — Anuncia-se para breve uma adaptação radiofónica das *Pupilas do Senhor Reitor*, o delicioso romance de Júlio Dinis. O trabalho está confiado ao talentoso Poeta Adolfo Simões Müller e a obra será apresentada por alguns dos mais distintos profissionais do nosso teatro. Parece-nos que a iniciativa vai ter execução primorosa. Oxalá. Mesmo, porém, que a não tivesse, a lembrança é digna dos maiores aplausos. E depois, é continuar no mesmo tom, a ver se diminuem tantas outras adaptações bem pouco apetecíveis de coisas estrangeiras, excessivamente estrangeiras e nada edificantes.

★ NOTA DO FIM — Mais uma semana foi dedicada a erguer no País o entusiasmo pelo Ultramar Português. De ano para ano, apura-se a campanha e melhoram-se as falas. Têm diminuído a retórica e aumentado as sugestões objectivas, bem estudadas e dignas da maior ponderação. Não é só o bom senso que assim manda; é também a necessidade premente de acudir ao aumento progressivo da natalidade que obriga a olhar o Ultramar Português como o grande e incalculável reservatório de riquezas e energias, que possam resolver nossos problemas e acolher nas melhores condições o excedente da População. — O ilustre Sr. Ministro da Guerra ordenou que em todas as Unidades militares se realizassem conferências e palestras sobre tais problemas, e esta onda magnífica de patriotismo veio coroar, em exaltação nacional, as grandiosas manifestações de preto inexcedível com que se comemorou o 22.º ano da entrada de Salazar para o Governo da Nação, ou seja para a Obra de ressurreição dum País, que a baixa política e a falta de civismo estavam pervertendo e quase aniquilando.

Companhia Nacional de Navegação

A mais antiga e maior empresa armadora portuguesa nas carreiras de África

SEDE

RUA DO COMÉRCIO, 85

LISBOA

SUCURSAL

RUA INFANTE D. HENRIQUE, 73

PORTO

*Serviço rápido de passageiros para a África Ocidental e África Oriental,
Brasil e América do Norte*

FROTA DA C. N. N.

«Angola»	18.250 Ton.	«Lourenço Marques»	6.400 Ton.
«Sofala»	12.500 >	«Cabo Verde»	6.200 >
«Moçâmedes» n/m.	9.100 >	«Congo»	5.000 >
«Rovuma» n/m	9.100 >	«Nacala»	2.390 >
«S. Tomé» n/m.	9.100 >	«Tagus»	1.600 >
«Niassa»	9.000 >	«Chinde»	1.393 >
«Nova Lisboa»	8.800 >	«Luabo»	1.385 >
«Cubango»	8.300 >	«Inharrime»	1.000 >
«Quanza»	6.500 >	«Save»	768 >

AGÊNCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICANOS E NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO

DICIONÁRIO COROGRÁFICO

De Portugal Continental e Insular

Arqueológico, Biográfico, Etimológico, Heráldico, Hidrográfico,
Histórico e Orográfico

Por AMÉRICO COSTA

*Esta obra de ilimitada utilidade, coordenada por especialistas e da qual a Livraria
Civilização tomou o encargo de prosseguir na sua publicação, abrange todo o*

CONTINENTE, MADEIRA E AÇORES

Distritos, cidades, concelhos, vilas, freguesias, povoações, aldeias, lugares, herdades, quintas, casais, granjas, praias, portos, faróis, rios, ribeiros, montes, serras, matas, lagoas, termas, cabos, fontes, minas, castelos, praças, fontes minerais, monumentos nacionais, igrejas, capelas, mosteiros, ruas, travessas, becos e largos das principais cidades; serviços telégrafo-postais, ferroviários, hidráulicos, eléctricos, transportes, automóveis, turismo, fastos, epopeias, varões ilustres, lendas, etc., etc.

Consta de 12 volumes, com cerca de 15.000 páginas, centenas de gravuras, mapas e brasões referentes a cada um dos concelhos do Continente, Madeira e Açores.

Custa, completo e encadernado, capa de percalina Esc. 2.800\$00;

capa de percalina com lombada de carneira Esc. 2.920\$00

O Dicionário Corográfico não será reimpresso

Completamos colecções fornecendo mapas, cadernos, fascículos ou volumes em falta

Vendas a pronto pagamento ou por pagamentos suaves

Pedidos de esclarecimentos à LIVRARIA CIVILIZAÇÃO — Rua do Almada, 107 — PORTO — PORTUGAL



TOSSE ?

BENZO-DIACOL

DRÁGEAS

GOTAS

XAROPE